LUSITANIA

REVISTA CATHOLICA MENSAL

Com a approvação da Auctoridade Ecclesiastica

ANNO I

N.º 3

Porto, 1 de Março de 1914

Director e proprietario,
Dr. Francisco de Sousa Gomes Velloso

Editor,
Dr. Manoel Gonçalves Cerejeira

Assistente ecclesiastico,
Dr. Ferreira Pinto

REDACÇÃO:

Rua da Cancella Velha, 10 — PORTO

SUMMARIO

Uma discussão notavel sobre dois milagres contemporaneos, Agostinho de Sousa. — *O Seminario do Porto*, A. Ferreira Pinto. — *O problema escolar em Portugal*, Francisco Velloso. — *A religião é um facto exclusivamente social?* H. A. Mendagne. — *A Mulher*, Gonçalves Cerejeira. — *Acção social catholica*, J. d'Almeida Correia. — *Chronica do mez*, João de Castro.

Preço

Numero avulso		150 réis
Por assignatura	seis mezes	750 »
	um anno	1$500 »

Todos os pedidos devem ser dirigidos á depositaria:
SECÇÃO RELIGIOSA DA COMPANHIA PORTUGUESA EDITORA
Rua de Santa Theresa, 10 — PORTO

Collaboradores da LUSITANIA

D. Antonio Barroso, D. Antonio Barbosa Leão, D. Augusto Eduardo Nunes, D. Manoel Vieira de Mattos, Dr. Ferreira da Silva, Dr. Antonio Garcia de Vasconcellos, Dr. Pacheco d'Amorim, Dr. Correia Pinto, Dr. Lino Netto, Dr. Domingos Pinto Coelho, João Franco Monteiro, Dr. Elias d'Aguiar, Dr. Agostinho de Jesus e Souza, Dr. Antonio Mendes Martins Junior, D. José d'Azevedo e Menezes, Dr. Antonio Jorge d'Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, Dr. Mendes dos Santos, Dr. Antonio Pereira dos Santos Motta, Dr. Antonio d'Oliveira Salazar, Padre Guimarães Dias, Dr. Silvio Pélico, Mons. Domingues Màriz, Dr. Almeida Correia, Dr. Gonçalves Cerejeira, Dr. Castro Meirelles, Dr. João Ramos de Castro, Dr. João Cavaco, Dr. Pinheiro Torres, Dr. Agostinho Coutinho, Dr. Manoel Pereira dos Reis, Dr. Juvenal d'Araujo, Gomes Leal, José Agostinho, Visconde de Castilho, Padre Nestor Serafim Gomes, Dr. Fortunato d'Almeida, Dr. Ruella Ramos, Dr. Ferreira Pinto, Dr. Crispiniano da Costa, Conego Dr. Antonio Bernardo da Silva, Dr. Antonio de Carvalho e Dr. Arthur Bivar, etc.

Historia da Egreja em Portugal

POR

Fortunato de Almeida

Bacharel formado em Direito, Professor do Lyceu de Coimbra, Socio do Instituto da mesma cidade, da Sociedade de Geographia de Lisboa, e da Sociedade Portugueza de Estudos Historicos

Volumes publicados

Tomo I — Desde as origens do christianismo na peninsula até á morte de D. Diniz (1325). Um volume de 800 pag., 2$500 reis. — **Tomo II** — Desde a acclamação de D. Affonso IV até á morte de D. João II (1325-1495). Um volume de 812 pag., 2$500 reis.

Em publicação

Tomo III — Desde a acclamação de D. Manoel I até á morte de D. João V (1495-1750). Dois volumes. Estão publicados sete fasciculos. — **Tomo IV** — Desde a acclamação de D. José I até á proclamação da republica (1750-1910). Um volume. — **Tomo V** — Os acontecimentos no tempo da republica. Um volume illustrado com grande numero de photogravuras, e com muitos documentos.

Cada fasciculo de 80 pag., 250 reis. A cobrança é feita pelo correio, por grupos de dois fasciculos, depois de distribuidos.

Toda a correspondencia deve ser dirigida á

IMPRENSA ACADEMICA *187, R. da Sophia — COIMBRA —*

LUSITANIA

REVISTA CATHOLICA MENSAL

Com a approvação da Auctoridade Ecclesiastica

ANNO I — N.º 3

PORTO, 1 DE MARÇO DE 1914

Director e Proprietario:
Dr. Francisco de Sousa Gomes Velloso

Editor:
Dr. Manoel Gonçalves Cerejeira

Redacção:
Rua da Cancella Velha, 70 — PORTO

Typ. de A. J. da Silva Teixeira, Successor
Rua da Cancella Velha, 70

UMA DISCUSSÃO MEDICA

SOBRE

Dois milagres contemporaneos

Frei Agostinho Gemelli. A autenticidade dos factos. O aprioríismo dos adversarios do sobrenatural. A insubsistencia das explicações naturalistas.

Por varias vezes e, em quasi toda a parte, se tem feito uma campanha hostil aos milagres de Lourdes, que os incredulos julgam poder explicar naturalmente, chegando alguns a accusar os catholicos e, d'um modo especial, o clero de explorar com esses factos a ingenua credulidade do povo.

Na Italia sobretudo no anno de 1909 a incredulidade lançou mão de todos os meios para desacreditar Lourdes e os que vêem nas curas alli operadas a intervenção divina. Do norte ao sul da Italia por muitos mezes não se fallava quasi d'outra coisa na imprensa, signal manifesto de que houve *palavra de ordem* para assim proceder. Houve quem com um zelo digno de melhor causa percorresse a Italia a fazer conferencias sobre o mesmo assumpto, nos quaes de modo aggressivo e insolente se insultava a crença e os sentimentos dos catholicos.

N'estas circunstancias o silencio da parte dos crentes seria uma vergonhosa cobardia e a confissão tacita da verdade das

accusações que lhes assacavam os adversarios. Era pois natural a reacção que na verdade se não fez esperar.

Os catholicos souberam cumprir o seu dever. Por toda a parte se promoveram actos de reparação e desaggravo a Maria Santissima pelas blasfemias contra Ella proferidas pelos corifeus do livre pensamento, mostrando n'essa occasião os prégadores a inanidade das razões aduzidas pelos adversarios do milagre e da crença christã. Um dos que mais se distinguiu n'esse movimento de protesto foi Frei Agostinho Gemelli, illustre religioso da Ordem de S. Francisco, medico distincto e um dos melhores philosophos modernos da Italia. Tendo sido por algum tempo incredulo, socialista, ultrapositivista, uma vez conhecida a verdade, abraçou-a com sinceridade e consagrou-se desde então a um apostolado religioso que Deus tem abençoado. A sua qualidade de medico e de philosopho d'um merecimento inquestionavel dava muita importancia aos seus discurros e chamou a attenção de amigos e inimigos. Não tardou a apparecer uma campanha contra a pessoa d'elle. Julgando que o inutilisariam, diversos medicos pertencentes á Associação Sanitaria de Milão, da qual tambem elle era socio, levaram o presidente da mesma a convidal-o para sustentar n'uma sessão extraordinaria da Associação a doutrina por elle expendida no pulpito. Gemelli acceitou o convite e realisou a sua conferencia no dia 10 de janeiro de 1910, havendo no dia seguinte a discussão medica, que terminou pela resposta do frade franciscano aos discursos dos seus collegas. Principiou Gemelli a conferencia por affirmar a opportunidade d'uma discussão scientifica sobre as curas obtidas em Lourdes, expondo em seguida os diversos aspectos do facto miraculoso, o methodo a seguir, e a attitude critica da Igreja no julgar semelhantes factos.

Para materia de discussão apresentou dois factos, a cura instantanea d'uma fractura e a d'uma doença de Pot [1].

Não sendo possivel narrar os dois factos, apenas trataremos do primeiro, que a maior parte dos leitores por certo já

---

[1] Cf. Bertrin. Un miracle d'aujourd'hui.

conhecem, porque tem bastante celebridade. Trata-se da cura de Pedro Rudder.

O facto. Pedro de Rudder era um operario ao serviço do senhor Du Bus, natural de Jabbecke, aldeia da Belgica, pouco distante de Bruges. Em 1867 caiu-lhe sobre a perna esquerda uma arvore, ficando com a perna esmagada pouco abaixo do joelho. Os dois ossos da perna ficaram quebrados. O medico Affenaer fez o medicamento que o caso exigia. Passadas, porém, poucas semanas, não podendo o doente supportar as dôres, foi necessario tirar o apparelho, constatando n'essa occasião o medico a existencia d'uma ulcera no peito do pé e uma chaga cancerenosa no sitio da fractura.

Os fragmentos dos ossos, banhados de pus e destituidos do periostio, não tinham indicio algum de reparação. Sem embargo dos seus cuidados assiduos por muitos mezes, Affenaer não póde conseguir a consolidação dos ossos, pelo que considerando incuravel a fractura, propôz a amputação da perna, sendo da mesma opinião outros tres medicos consultados. Rudder não se quiz sujeitar á operação e foi por isso abandonado dos medicos. Assim desamparado, limitava-se a limpar as feridas duas ou tres vezes por dia e a envolver com pannos a perna quebrada. E' evidente que semelhante tratamento não devia ter effeito algum. Complicando-se cada vez mais o estado da ferida, foi preciso extrahir-lhe um osso do cumprimento de tres centimetros. Esteve n'este penoso estado oito annos, isto é, de 1867 a 1875. Na primavera d'este anno, poucos dias antes da cura, foi Rudder examinado por Hoestenberghe que observou o seguinte: o doente tinha uma chaga na parte superior da perna, vendo-se no fundo da chaga os dois ossos distantes tres centimetros um do outro. Não havia o minimo signal de cicatrisação. A parte inferior da perna era movel em todos os sentidos; podia levantar-se o calcanhar de modo a dobrar a perna no meio; podia torcer-se a ponto de ficar o calcanhar voltado para diante e os dedos para traz. Todos estes movimentos eram apenas limitados pela resistencia dos tecidos moles.

N'este mesmo estado se encontrava no dia 7 de abril de 1875, dia em que partiu para Oostacker, perto de Gand, na

Belgica, onde existe uma gruta dedicada a Nossa Senhora de Lourdes. Com o auxilio das muletas e amparado pelo braço da mulher só a muito custo póde dar duas voltas á gruta, indo depois assentar-se n'um banco em frente da imagem de Nossa Senhora. Ahi implora de Deus o perdão de seus peccados e pede a Nossa Senhora a graça de poder trabalhar para poder sustentar-se a si e a familia. N'este meio tempo passa-se no seu ser um não sei que de extraordinario; sente-se perturbado e como que fóra de si; não pensando no que fazia, esquecido de que havia mais de oito annos que não podia dar um passo sem as suas muletas, levanta-se sem appoio algum, atravessa a multidão dos fieis e vae lançar-se prostrado diante da estatua. Estava curado radicalmente. A perna e o pé poucos instantes antes tão inchados tinham retomado o seu volume normal, tanto que os pannos que envolviam a perna cahiram de per si. As duas feridas de todo cicatrizadas; os ossos soldados; as duas pernas completamente eguaes, tendo por isso sido reconstituido instantaneamente um osso do cumprimento de tres centimetros. A' partida de Oostacker teve de apressar o passo para não perder o omnibus. Haestenberghe até ahi incredulo, á vista d'este facto exclamou: *Hoje sinto a necessidade de fazer o processo de revisão das minhas crenças.* O resultado d'esse processo foi a sua conversão e a educação christã de seus filhos, um dos quaes, tambem medico, se fez depois jesuita. Rudder veiu a morrer de pneumonia em 22 de março de 1898, 25 annos, portanto, depois da sua cura. Tal foi o primeiro facto apresentado por Gemelli.

Descreve depois as circumstancias da cura instantanea da senhora Tulasne, affectada da doença de Pot, cura obtida em Lourdes em 1896. Documentados os dois factos, examina Gemelli as diversas explicações possiveis naturaes dos mesmos, mostrando a insufficiencia de todas. Pelo que conclui: a sciencia não é capaz de explicar estes factos. Terminada a conferencia, abriu-se a inscripção dos que desejavam tomar parte no debate. Inscreveram-se dezaseis, por telegramma.

A autenticidade dos factos. Sendo o milagre um *facto divino*, temos a considerar n'elle duas formalidades, a realidade historica (facto) e a supernaturalidade (divino). A primeira im-

porta a sua existencia; a segunda refere-se á sua natureza. E' claro que uma discussão sobre o milagre deve principiar-se pela constatação do facto. Estarão sufficientemente constatados os factos apresentados? Gemelli no intuito de facilitar aos seus collegas a solução d'esta primeira parte da discussão, promptificou-se a mostrar-lhes todos os documentos que tinha em seu poder. Os adversarios, porém, dispensaram-se de ir vêr as provas da realidade dos factos.

Apenas um, o medico Ferrari, se deu a esse trabalho. Oiçamos a sua confissão: «Creio que nenhum de nós, disse elle, deve *á priori* negar um facto porque este é extraordinario e contrario áquellas cathegorias mentaes entre as quaes o nosso espirito está habituado a mover-se; negar factos em semelhantes circunstancias unicamente pela sua novidade, é para mim uma puerilidade do espirito. Não as nego por outra razão: fui ao convento de frei Gemelli examinar os documentos que tinha nas suas mãos e *convenci-me da realidade dos factos; não podemos por isso honestamente negar o que affirmam e dizer que o facto é insubsistente*». Outro medico, Sigurta, que tinha já conhecimento dos dois factos, faz identica declaração. Eis as suas palavras: *creio firmemente que em Lourdes podem dar-se e dão-se curas não attingiveis pelos meios da medicina official. O primeiro caso* (o de Rudder) *parece-me que tem todos os caracteres d'um facto bem demonstrado, prestando-se a verificações tangiveis, ao alcance mesmo de pessoas profanas da medicina. Os muitos testemunhos explicitos de varios medicos extranhos á clinica de Lourdes, crentes e incredulos, e todavia unanimes nas suas respostas affirmativas, collocam-nos n'um dilema evidente, ou de admittir a autenticidade do facto, ou de passar inevitavelmente áquelles nossos collegas um diploma de impostura, ou de ignorancia, ou pelo menos de sugestionabilidade inconcebivel.*»

As declarações d'estes dois medicos merecem ser registadas, porque foram os unicos a estudar o aspecto historico da questão. E' de notar que nenhum dos outros medicos ousou negar os factos, e como o poderiam fazer sem examinar o valor dos documentos pelos quaes se provavam. E' verdade que Bonard, o mais fogoso adversario do milagre, fez algumas reservas, mas para isso teve de recorrer a razões que, se alguma coisa provassem, implicariam a ruina de toda a sciencia.

« Vivemos, affirmou elle, n'um instante em que se pode dizer que pouco fica de seguro ». E, a proposito, refere-se á lei da gravitação universal, prototypo das leis eternas, a qual vae perdendo esse caracter de eterna; recorda o apparecimento da theoria mathematica dos erros; cita a nova critica nominalista, que contesta a propria existencia dos factos, e não sei que mais. E' deveras para admirar que se pretenda, com razões d'estas, discutir uma questão de historia. Poderiamos perguntar-lhe se reconhecia valor ás razões apresentadas. No caso d'uma resposta affirmativa, lá se ia a sua sciencia positivista, em que tanto confia e da qual tanto se ufana. E se respondesse negativamente, dir-lhe-hiamos, para que se cançou em alegar razões cuja efficacia elle proprio rejeita. Seria justo observar-lhe que a lei da gravitação poderá não ter aquelle caracter de eterna, mas que ninguem ainda se atreveu a pôr em duvida a existencia do que a descobriu. Bonard parece desconhecer a differença entre o conhecimento dos factos e a sua interpretação. N'esta o erro é mais facil, mas quanto áquelles, muitos ha tão manifestos, tão bem documentados, que a duvida é impossivel, sendo absolutamente impossivel que o progresso da critica as venha desmentir. E quem ler os documentos probativos da realidade dos dois factos, não terá duvidas em classifica-los na cathegoria dos factos definitivamente adquiridos para a historia.

O apriorismo dos adversarios do milagre. Constatada a realidade dos factos, faltava examinar se elles teriam nas forças da natureza a sua explicação, ou se antes, excedendo as mesmas forças, exigiriam a intervenção da causa divina. N'esta parte da discussão, sem duvida a mais importante, os medicos não crentes, a despeito das suas affirmações de positivistas, mostraram, bem claramente, que eram imbuidos de prejuizos aprioristicos.

A impossibilidade do milagre é o *postulatum* de todas as suas asserções: uns affirmam-na expressamente, e os outros suppõem-na. « E' um absurdo logico, diz Filippetti, proclamar o milagre, porque não é senão ignorancia ». Por sua vez Ferrari affirmou: « mesmo para o philosopho o absurdo é sempre absurdo ». Não teria sido fóra de proposito lembrar-lhes

as palavras do celebre Rousseau: *Deus pode fazer milagres? Esta questão, seriamente tratada, seria impia, se não fosse absurda. Punir o que a resolvesse negativamente, seria dar-lhe honra de mais, bastaria enclausura-lo.* Nada, com effeito, mais anti-scientifico que estabelecer por base d'uma sciencia positiva a negação do milagre. Se elle é ou não possivel, discute-se em philosophia, sendo as razões a favor da possibilidade, *pelo menos*, de tanto pezo como as que se invocam para provar a impossibilidade. Por isso, quem quizer ser verdadeiro discipulo da sciencia positiva, ao estudar os factos, deve prescindir das soluções de semelhante questão, e examinar sem preconceitos as mesmas, tendo a hombridade de confessar a intervenção d'uma causa superior á natureza, se porventura n'esse exame se lhe depararem factos de todo inexplicaveis pelas forças naturaes. Infelizmente, não é este o caminho porque enveredam tantos suppostos positivistas!

Supposta a impossibilidade d'uma explicação sobrenatural, tentaram os adversarios de Gemelli dar uma explicação meramente natural das duas curas. Para isso, allegaram as razões mil vezes rebatidas e que se encontram em qualquer compendio de Apologetica. — Invocaram a suggestão, cuja efficacia admiravel por mil modos proclamaram. Apellaram para as forças desconhecidas, que amanhã nos darão a razão de todos os factos. Summamente facil foi ao dr. Gemelli mostrar a inanidade d'estas explicações. A suggestão?! Mas a sua efficacia, já muito limitada nas doenças nervosas, é nulla nas doenças em que ha lesão organica, e isto por confissão das maiores notabilidades sobre este assumpto. «A suggestão não pode renovar o que foi destruido»;[1] «os resultados são passageiros; a suggestão poderá renovar a funcção emquanto a lesão a não tiver destruido, emquanto a perturbação d'esta funcção é sómente dynamica, não produzida por uma lesão»; «não se pode resolver uma inflamação, nem sustar a evolução d'um tumor. A suggestão não mata os microbios, não cicatriza a ulcera redonda do estómago». Ora, a doença de Rudder era organica, a lesão mui grande, a cura instantanea. Procuraram,

[1] Bernheim.

é verdade, contestar esta circunstancia da cura, mas sem razão alguma de pezo. Affirmaram que no computo do tempo se havia de ter em conta o espaço de tempo comprehendido entre o instante em que Rudder pensou em ir ao santuario e o instante da cura. Mas tal razão não passa d'um inepto subterfugio, visto que documentos dignos de toda a fé provam que o doente não experimentou melhoras algumas em todo o tempo que precedeu a visita á gruta. Nem mais habil foi a instancia de Ferrari quando disse: *'Porventura a brevidade do tempo põe o facto fóra das cathegorias scientificas?* Não se trata simplesmente de brevidade, mas sim de instantaneidade, e embora a cathegoria do tempo seja uma circumstancia extranha ao phenomeno, é todavia uma circumstancia absolutamente indispensavel para a reconstituição dos tecidos. Os nervos não podem por si só restaurar os tecidos. São precisos novos materiaes que o sangue tem de acarretar á parte lesada, não podendo isto fazer-se n'um instante.

Outra razão que quasi todos apresentaram, foram as *forças desconhecidas*. Tambem não era nova essa razão; aparece na bocca de todos os incredulos, assim como se encontra a sua solução em qualquer compendio da Apologetica. Facil tarefa foi, por isso, para Gemelli, rebate-la. « Esta reproducção de tecidos, retorquiu o illustre franciscano, hoje não a conhecemos; nem é difficil demonstrar que jámais a conheceremos. Na verdade no caso de Rudder os processos de reformação do tecido ósseo são contrarios ás leis que regulam os processos de reparação. E, por mais que façamos, não podemos imaginar forças novas que sejam contrarias ás leis da natureza. A mim importa observar que é ridiculo appellar para as forças desconhecidas com o fim de explicar factos cujo mecanismo não percebemos. E é illogico, porque por mais forças novas que se observem, não encontraremos nenhuma contraria ás forças que actualmente operam na natureza. Por mais descobertas que se façam, nunca viremos a conhecer forças hoje ignoradas que façam com que a maçã de Newton em vez de cahir para a terra, se eleve para o ceu ». De facto, as forças da natureza são limitadas, e posto não possamos positivamente dizer até que ponto chegam, podemos comtudo marcar os limites a que com certeza não chegam, o que basta para conhecermos, pelo

menos muitas vezes, a impossibilidade d'uma explicação natural.

Petrini, em vez de explicar os casos apresentados, contenta-se com declarar a sua desillusão por Gemelli não lhe apresentar um caso em que houvesse *creatio ex novo*. Nem a *restitutio in integrum* o satisfaz, que denomina com a expressão de epifenomeno. E quer passar por positivista!

Resultado da discussão. A resposta de Gemelli, com que foi encerrada a sessão, durou duas horas e meia. Uma prolongada salva de palmas foi a resposta da assembleia. Gemelli tinha alcançado um triumpho; todas as razões dos adversarios foram pulverisadas, sendo estes forçados a declarar que, no estado actual da sciencia, se ignorava a explicação de factos d'esta natureza. Ora Gemelli não pretendia provar senão isso. Invocaram a sciencia futura, mas tal não podiam fazer em nome da sciencia positiva, e n'esse mesmo campo Gemelli os seguiu e lhes mostrou que não se devia esperar da sciencia futura essa explicação.

Para se fazer ideia do triumpho de Gemelli, bastará ler o que escreveu na occasião um jornal anti-clerical. «Com grande surpreza minha, lê-se na *Perseveranza*, encontrei invertidas as partes; julgava ouvir um Gemelli dogmatico e encontrei-me deante d'um expositor calmo, logico, consequente, que se apoia sempre em factos, dados e attestados medicos; julgava ouvir nos medicos presentes a palavra tranquilla e valorosa do sabio naturalista, e encontrei-os quasi todos dogmaticos... Confesso que nunca vi brandir a arma da sciencia com tanto heroismo; todavia o pobre frade inerme que caminhava pelo caminho dos phenomenos da natureza, em vez de ser atacado n'aquelle caminho, foi atacado pelas costas... Alguma coisa aprendi: que os medicos dão pouca ou nenhuma importancia aos attestados medicos e uma importancia immensa á sciencia medica: que os dogmas negativos são tão terriveis como os positivos. Bonard e Pini, talvez os mais competentes, depois de dada a sua carga a fundo, retiraram-se sem esperar a resposta do collega Gemelli. Este conservou bem o seu posto como medico e como theologo». Na pena d'um incredulo, estas palavras são significativas, dão-nos uma ideia da conferen-

cia de Gemelli, que tão convencido ficou de ter respondido cabalmente aos seus adversarios, que publicou na integra, pela ordem porque foram pronunciados todos os discursos, o que de certo não teria feito, se as affirmações d'elles tivessem resistido á sua critica».

D'esta polemica temos a aproveitar a lição de que não só em tempos de ignorancia se realisavam milagres e de que não é verdade que estes sejam acceites só por pessoas crédulas, destituidas d'um verdadeiro espirito scientifico. Por mais uma vez se provou á evidencia, que a sciencia e a fé não são incompativeis, mas podem caminhar muito bem a par, como irmãs gemeas. Veio tambem esta polemica mostrar quão imprudentemente, certos pseudo-apologistas da fé, prescindem do argumento tirado dos milagres. Se não tivessem efficacia alguma, não seriam objecto de tantos ataques. As proprias conversões provocadas pela cura de Rudder são uma prova de que hoje, como no tempo de Jesus, o milagre é o criterio por excellencia da verdade d'uma doutrina, e o meio mais apto a trazer os homens á fé.

Agostinho de Sousa.
Prof. no Seminario Conciliar de Braga.

O Seminario do Porto [1]

Resumo: *Rapida ideia da formação do clero até ao concilio de Trento e o Capitulo XVIII da ses. 23.ª de ref. Como se executa no Porto a resolução tridentina; o concilio de Braga e a apelação do cabido e clero do Porto; as primeiras pensões e a obra de D. Antonio de São José e Castro no logar das Fontainhas; abertura do Seminario de S. Antonio e algumas circunstancias relativas ao encerramento.*

* * *

Os apostolos e os seus primeiros successores, á similhança de Jesus Christo, reuniram em volta de si um certo numero de discipulos aos quaes transmitiram os ensinamentos recebidos, formando-os na pratica da virtude e das coisas religiosas, como elles proprios tinham sido formados. Companheiros assiduos na evangelisação dos povos, pastores e discipulos edificavam-se mutua-

[1] Com este titulo vamos levar aos leitores da Lusitania alguns subsidios para a historia da Igreja em Portugal. Procuramos, ha já alguns annos, elementos para uma publicação sobre os seminarios em Portugal e nomeadamente sobre o do Porto, preenchendo assim uma falta sobre assumpto de tanta importancia e esperando que outros mais competentes o desenvolvam como elle merece. Para tal fim percorremos os relatorios e a correspondencia com a Junta da Bulla, a livraria do Paço Episcopal e alguns documentos por lá dispersos e pelos archivos do seminario e do cabido; estudamos muitos processos para ordenações nos seculos XVII, XVIII e parte do XIX; folheamos os jornaes antigos e o livro dos titulos do seminario de S. Antonio e outros; ouvimos pessoas

mente na pratica do zelo apostolico e d'estes eram escolhidos os que mais garantia apresentavam de virem a ser os chefes intrépidos das differentes Igrejas. Mais tarde as escólas catequeticas de Alexandria e Antiochia prepararam e formaram não só a juventude christã, mas tambem mestres illustrados e obreiros evangelicos. D'este modo a ordenação e a nomeação dos pastores recahia em homens de avançada edade, notaveis pelas muitas e provadas virtudes e sobretudo corajosos na propagação e defeza intemerata da fé.

Em Africa, S. Agostinho desenvolve grande zelo pela formação do clero, criando institutos especiaes, que são o germen dos futuros seminarios. Em Hespanha, os decretos dos concilios de Toledo, em 531 e 533, preceituam que

---

edosas e pedimos informações dentro e fóra da diocese e d'este modo conseguimos elementos valiosissimos para uma obra bastante volumosa, assim planeada:

I Preparação para o sacerdocio antes do concilio de Trento.

II Como se executou em Portugal o concilio de Trento quanto a seminarios.

III Como se executou no Porto.

IV Admissão a ordens até 1812; desde 1833 até 1872. Professores de theologia e alguns presbyteros benemeritos.

V Formação intellectual, moral, social e espiritual no seminario do Porto.

VI Formação liturgica.

VII Festas e academias litterarias.

VIII Livraria e sua consulta.

IX Rendimentos e despezas do seminario.

X Os seminarios, os fieis e o Estado.

Mappa da frequencia e indice alfabetico de todos os alumnos matriculados desde 1862.

O trabalho está feito; resta apenas fazer uma cuidada revisão e refundir de harmonia com as ideias do regime vigente e as circumstancias actuaes algumas passagens escriptas ha mais de 3 annos. Porque não sabemos ainda quando chegará a occasião opportuna para a publicação, n'esta revista iremos escrevendo alguns subsidios. Felizmente que este longo trabalho de investigação se fez antes de se executar a lei da separação e portanto quando a Camara ecclesiastica e a secretaria do Bispado estavam bem organisadas. Hoje seria muito mais difficil, talvez impossivel.

ninguem seja admittido a ordens sem ter sido educado em seminario debaixo da direcção do bispo.

Carlos Magno, abrindo escolas para as quaes chamou os homens mais sabedores da Europa, contribuiu efficazmente para a formação do clero.

Cerca de 1086, D. Paterno, bispo de Coimbra, funda n'esta cidade o primeiro Seminario ou Collegio, onde eram admittidos jovens de bons costumes com o fim de lhes ensinar grammatica, latim e theologia, habilitando-os para a recepção das ordens. Este Seminario prosperou até 1130. Por este tempo começaram os conegos a abandonar a vida commum e alguns da Sé de Coimbra, que não quizeram seguir este exemplo, fundaram o convento de S. Cruz, e ahi estabeleceram estudos de theologia.

Deixemos, porém, circumstancias várias sobre este convento, omitamos os trabalhos de D. Domingos Jardo, e ainda os trabalhos prestados ás sciencias theologicas e á formação do clero pelas ordens de S. Francisco e de S. Domingos, para referir, de passagem, o trabalho de D. Diniz. Este monarcha, auxiliado pelo clero, depois de ter discutido em Monte-Mór-o-Novo a fundação de *um estudo geral*, pediu á S. Sé, em 12 de dezembro de 1288, a sua creação.

Em 1290, a Bulla de Nicolau IV deferiu o pedido para a fundação da Universidade, da qual parece que foi excluido o ensino da theologia, começando a ser professada mais tarde. Não é nossa intenção historiar esse explendor a que chegou o ensino da Theologia em Coimbra, onde desde Afonso Prado, Diogo de Gouvêa, Fr. Jeronymo de Asambuja, Jorge de Ataíde, Francisco Foreiro..... até Francisco Suarez que é *considerado uma das figuras mais proeminentes do pensamento europeu no fim do seculo XVI*, [1] brilham talentos de primeira ordem. Deixemos para outra occasião essas paginas brilhantes da escóla Coimbrã, onde a theologia foi sabiamente professada por

[1] Sr. Theophilo Braga, historia da Universidade, tomo II, pag. 248-250.

mestres auctorisados, que o espirito demolidor riscou do quadro Universitario, e vejamos o que se passava na Europa no meado do seculo XVI. Martinho Lutero, ferido no seu orgulho, porque o papa o não preferira na publicação de certas indulgencias, revoltou-se contra a Igreja Catholica. Facilmente encontrou adeptos, produzindo a depravação na ordem moral e a anarchia na intellectual.

Para definir doutrina e oppor barreiras ao protestantismo, Paulo III convocou um concilio economico que se reuniu em Trento, desde 1545-1563.

Tão augusta assembléa não podia esquecer a formação do clero e d'elle tratou na sessão 23.ª de ref., capt. XVIII, «declarando que todas as Igrejas Cathedraes, metropolitanas, e outras superiores a estas, conforme as suas posses e extensão da diocese, serão obrigadas a sustentar, educar religiosamente e instruir na disciplina ecclesiastica um certo numero de jovens diocesanos num collegio que o bispo estabelecerá perto da sua igreja ou outro local apropriado».

Tal a origem dos Seminarios tridentinos.

Vejamos como o pensamento do concilio se realisou na diocese do Porto.

* * *

D. Fr. Bartolomeu dos Martyres, regressando de Trento, reuniu o concilio provincial de Braga em 1566. A elle assistiu Duarte da Cunha, dião da Sé do Porto, na qualidade de procurador do cabido e da cleresia do bispado. Em nome, pois, do seu cabido e do clero, Duarte da Cunha apresentou uma appellação «*pedindo que o dito bispado do Porto fosse escuso do Seminario por ser pequeno e pobre, os beneficios simples de pouco rendimento e os curados serem muito onerados não podendo as pessoas terem mais que um... e alem disso havendo na provincia ecclesiastica a universidade de Coimbra onde se ensinam todas as sciencias de graça e ser bispado conjuncto e n'esta cidade de Braga haver um estudo geral onde ha mestres*

que tambem ensinam de graça e muito conjunto com o bispado do Porto...» [1]

Esta appellação foi indeferida por se tratar de disposições geraes e necessarias para o bom regimen da provincia e de harmonia com o concilio geral de Trento.

Assignaram este indeferimento o arcebispo de Braga — D. Fr. Bartholomeu, o bispo do Porto — D. Rodrigo Pinheiro, o bispo Conde — D. João Soares, e o bispo de Miranda — D. Antonio Pinheiro. Resolvem, pois, fundar os respectivos Seminarios designando o numero de alumnos para cada diocese, a saber: 100 para Braga, 30 para o Porto, 40 para Vizeu, 40 para Miranda e 50 para Coimbra.

Não obstante estas determinações, só no fim do seculo XVIII é que o bispo do Porto trata efficazmente da fundação do seminario diocesano. D. Fr. João de Raphael Mendonça, em 6 de maio de 1783, impõe uma pensão ao Padre Francisco de Sales Pinto, apresentado na egreja do Salvador de Lordello e este assigna o respectivo termo em 28 de agosto de 1783.

Em 10 de outubro do mesmo anno, o abbade de Gulpilhares — Rev. Ignacio Bernardino de Souza Sarmento assigna o termo de pagar ao seminario a pensão de 100$000 reis. Mas nem D. João de Raphael, nem o seu successor D. Lourenço Corrêa de Sá realisaram a grande obra do seminario. Tal missão estava reservada a D. Antonio de São José e Castro, da illustre casa dos Condes de Rezende. Este prelado recebeu a sua primeira educação no seminario de *Jesus, Maria* e *José* da cidade de Coimbra, professando na ordem de S. Bruno, na Cartuxa de Laveiras [2], proximo a Lisboa. Apresentado bispo do Porto em

[1] Cartorio do cabido do Porto, livro 44 das sentenças a folhas 177-182; livro 62, a folhas 227 e seg.

Conhecemos 2 edições d'este concilio de Braga, feitas em 1567 (Braga) e 1679 (Lisboa).

[2] Simoa Godinha, natural de S. Thomé, casou com um fidalgo portuguez. D'este matrimonio não houve filhos e por isso repartiu a sua avultada fortuna em obras pias, pertencendo a sua quinta de Laveiras aos padres da Cartuxa.

1798, entrou n'esta cidade a 19 de setembro de 1802. N'este intervallo sollicitou auctorisação regia e pontificia para a creação do seminario, que lhe foi concedida por decreto de 29 de dezembro de 1800, despacho da meza do Desembargo do Paço de 14 de abril de 1801, alvará do principe Regente de 21 de abril de 1801 e bulla «*Clericorum Seminaria*» de 5 de abril de 1803. Munido de todas as licenças, D. Antonio de São José e Castro publicou a provisão [1] de 21 de junho de 1804, fundando o *Seminario de S. Antonio, que seja egualmente util ao estado ecclesiastico e secular e empregando no regimen do seminario ecclesiasticos e seculares*, de harmonia com as duas classes de alumnos.

Começou a obra na quinta do Prado e logar das Fontainhas e continuou-a durante as *invasões francezas*, apesar de todas as desgraças da epoca. O edificio era grandioso, o que não deve causar admiração, visto o seu destino e além disto ser obra levantada por um bispo, cujos antepassados eram illustres e que durante a juventude viveu cercado de grandezas [2]. O edificio e as suas divisões são assim descriptas pelo fundador: «Tendo o seminario, alem do lado da frente, os tres lados do nascente, norte e sul, e tendo na sua elevação 3 andares, vem a ter 9 dormitorios, os quaes terão o uso e destino seguinte: 1.º para os seminaristas sustentados á custa do seminario; 2.º para os meninos porcionistas de 10 a 15 annos; 3.º para os porcionistas de 15 annos para cima; 4.º para os mestres e officiaes da casa; 5.º para os eclesiasticos que os Prelados quizerem mandar recolher para sua correção e ensino; 6.º para os Parochos e outras pessoas eclesiasticas que se quizerem recolher para exercicios de piedade; 7.º para pessoas seculares que quizerem por algum tempo cuidar na sua salvação; 8.º e 9.º para os ordinan-

---

[1] E' bastante extenso o documento e por isso omite-se aqui.

[2] O fallecido H. D. «Sousa Reis supõe que tambem houvesse ideia de lá estabelecer a inquisição. Tal opinião não tem fundamento.

dos quando houverem de fazer os exercicios para as ordens.

No referido edificio, alem dos aposentos para os differentes empregados, livraria, officinas... deviam existir outros destinados ao Bispo da diocese.

D. Antonio não chegou a concluir o edificio, cujo plano era grande, porque, tendo presidido *á junta do supremo governo* creada em 18 de junho de 1808 para organisar a resistencia á invasão franceza e pelo insuccesso da defeza, fugiu a 28 de março de 1809.

Pouco depois D. Antonio é transferido para o Patriarchado e é já como Patriarcha eleito que assigna os estatutos do seminario de S. Antonio, em 4 de janeiro de 1812.

Não se sabe qual foi o architecto que dirigiu a obra do seminario. Nessa epocha trabalhavam no Porto os italianos Manzoneschi (o do theatro de S. João), Nicolau Nazoni (o da torre dos Clerigos), Zimac e Luiz Chiavi. Dos nacionaes são dignos de menção João Francisco Guimarães, Antonio Pinto de Miranda, José Figueiredo Seixas e o engenheiro Amarante, que dirigiu varias egrejas como a do Bom Jesus, Trindade e capella das Almas e talvez o seminario.

O edificio foi continuado por D. João de Magalhães Avelar, que veio depois das invasões e ao qual Souza Reis se refere assim: «Tambem tinha por costume pensionar os parochos da sua diocese para sustentação do seminario Episcopal, onde cada porcionista pagava por anno, pela educação, instrucção e residencia, certa quantia conforme as suas posses. Como conhecedor das inclinações dos estudantes por ter sido tantos annos mestre, era indulgente para com os que no seminario menos aproveitavam as lições dos professores ou de quem tinha desfavoraveis informações, mas reprehendia-os, estimulando-os a que acompanhassem os condiscipulos. Visitava a meudo este estabelecimento de educação ecclesiastica».

O primeiro anno lectivo do seminario foi o de 1811-1812 e não 1814 como referem outros. Justificamos a primeira data com os processos das ordenações de 1813 e

com o seguinte requerimento, que é um dos poucos documentos do seminario de S. Antonio que ainda existem: «Ill.mo Snr. Provisor. Diz o Vice-Reitor do Seminario de S. Antonio desta cidade que no dia de hoje se quer fazer a hora com o SS. exposto no dito Seminario e como não pode fazer sem licença para esta e outras festividades que se pretendem fazer, por isso P. a V. S.ª seja servido conceder a licença pedida para a exposição do SS. sacramento nas ditas festividades. C. R. M.ce».

Como pede. Porto, 7 de maio de 1812. Coelho».

Parece que em1831-1832 ainda funccionou regularmente o Seminario e no «*Correio do Porto*», jornal de então, no seu n.º 22, a 26 de janeiro, apparece uma lista de pessoas e corporações que concorreram com donativos para a compra de capotes e outros objectos destinados aos *voluntarios realistas* e lá se encontra o Padre procurador do Seminario Episcopal, Francisco d'Oliveira Coelho por conta do referido Seminario com 10$000 reis.

Mas, em 9 de julho de 1832, entrou no Porto o exercito libertador.

D. João de Magalhães e Avelar abandonou a sua diocese e fugiu para Lamego, fazendo D. Pedro eleger para Vigario Capitular Fr. Manoel de Santa Ignez [1] e apresentando-o bispo por decreto de 15 de agosto de 1833, nunca sendo confirmado. Entretanto o Rei soldado levanta as linhas do Porto e prepara-se para a defeza da

---

[1] Nasceu em Rio Tinto a 2 de dezembro de 1762. Professou na congregação dos Eremitas Descalços de S. Agostinho, em 8 de março de 1781. Foi reitor do collegio de S. Rita em Coimbra e prior do collegio de S. Lourenço no Porto. Foi eleito geral da sua ordem em 1816 e reeleito em 1819. Durante algum tempo esteve como leitor de theologia em Setubal. Falleceu a 24 de janeiro de 1840 e está sepultado no cemiterio da Lapa.

Souza Reis escreveu que S. Ignez em 1808 pertencera ao batalhão de ecclesiasticos que militou contra o general Soult e que tivera o posto de cabo de esquadra. Parece que devido á sua intervenção se salvou um dos tres emissarios de Soult á junta do Supremo governo para combinar a capitulação da cidade. V. Periodico dos Pobres no Porto, 1840, pg. 99 e 100.

cidade. Estas linhas cercavam a quinta do Seminario e n'este e na proxima quinta da China havia baterias de defeza.

Quem lê a historia do cerco de Luz Soriano e examina com attenção a Carta topographica (vol. 2.º pg. 28) reconhecerá que o Seminario tinha de fechar. Esta circunstancia, a extraordinaria carestia de generos, o encerramento dos differentes estabelecimentos litterarios, incluindo a Universidade, tudo conspirou para que o Seminario de S. Antonio tivesse uma existencia bem pouco duradoira. No relatorio de 28 de fevereiro de 1851 apresentado pelo ministro da justiça e dos negocios ecclesiasticos diz-se que o edificio do Seminario de S. Antonio ardera durante o cerco de 1832. Durante muitos esteve abandonada a casa até lá se installar o Collegio dos Orphãos, em setembro de 1903.

CONTINUA.

A. Ferreira Pinto.

O problema escolar em Portugal

OS PRINCIPIOS

Já procurámos demonstrar o imprescriptivel direito das familias na educação e instrucção dos filhos. Estabelecida a existencia irrefragavel d'este direito, cumpre determinar a sua esphera d'acção, isto é, estudar a sua realisação normal.

Embora á familia pertença o primordial direito na educação da creança, nem só ella a póde fornecer completa e continuadamente, como já vimos. Outros poderes educadores lhe disputam o exercicio d'aquelle direito, e n'esta disputa reside toda a essencia do problema escolar, pois que convém

traçar e indicar o papel de cada um d'elles na educação da creança, por fórma que nenhum monopolise ou açambarque os que aos demais pertencem, todos respeitem a verdade fundamental do direito familiar, e a creança receba, segundo a edade e o desenvolvimento physico e intellectual, uma perfeita educação que a arme para os combates da vida com as qualidades d'um bom cidadão e d'um bom christão.

Esses quatro poderes educadores são respectivamente: a familia, a escola, a Egreja, o Estado.

Como disse Mgr. Lobedey, todos elles possuem titulos especiaes e legitimos; nenhum póde ser inteiramente arredado. Cada qual na sua funcção tem de cumprir o seu dever, porque representam forças sociaes autonomas e distinctas, sem as quaes seria impossivel uma obra de educação acabada e perfeita.

Forças em concorrencia natural, elles, porém, não pódem ser abandonados a si mesmos. Seria uma libertação exagerada, que redundaria em anarchia e desorganisação: dentro em pouco o monopolio constituiria para cada um d'elles a méta fatal de todas as suas expansões. Ora, a propria distincção, por modo flagrante existente entre aquelles poderes, afasta de principio a ideia de monopolio. A concorrencia de cada um d'esses poderes, ensina que, só pelo equilibrio mutuo, elles podem realisar e fazer valer os seus titulos, a dirigir a educação e a instrucção da creança.

A *ordem* é que *coopérem;* a *desordem* é que *se excluam*. Todo o problema escolar palpita e se debate n'estas resumidas palavras. O conflicto estala nas sociedades modernas, toda a vez que um desequilibrio se verifica, sempre que um d'aquelles poderes, geralmente o Estado, pretende negar aos outros o exercicio do seu direito legitimo, chamando a si, arbitraria e despoticamente, as funcções supremas de unico responsavel e absoluto senhor na formação moral, intellectual e physica dos filhos.

Demonstrada a necessidade d'uma collaboração, vejamos, pois, qual a melhor forma de a realisar; e, para maior clareza, dividamos em duas ordens aquelles poderes ou sociedades em concorrencia. A' ordem natural pertencem a familia, a escola e o Estado; á ordem *sobrenatural* pertence a Egreja.

Por um direito primordial de auctor, como dissemos, ao pae cabe um papel capital na educação e instrucção dos filhos. Ninguem pode supprir o pae ou a mãe no delicado trabalho da primeira educação. E, se por incompetencia ou affazeres, lhes é impossivel completa-la, torna-se necessario o concurso de professores e de escolas, nas quaes as familias impossibilitadas delegam com segurança e confiança a propria auctoridade, afim de que a obra educadora seja levada a bom termo. A escola, repetimos, é a prolongação da familia, e o simples facto d'uma transmissão de poderes não envolve a destruição d'esses mesmos poderes. Aquillo que seria normal, era que os paes instruissem, assim como alimentam; mas se o não podem fazer, que outros continuem a sua tarefa.

Estes, porém, não podem ser escolhidos senão pelos paes, por isso que lhes compete, acima de todos, o dever de velar por seus filhos.

Da necessidade de professores e escolas, nasce e dimana, logicamente, o direito absoluto de os paes vigiarem e fiscalisarem um ensino que é fornecido em seu nome e no seu logar. [1] A escola é, pois, de *iniciativa privada*. Deve ser creada pela familia, e se esta o não pode fazer, resta-lhe sempre um di-

---

[1] «Os paes teem a obrigação de educar os seus filhos, de prover á formação da sua intelligencia, do seu espirito e do seu coração, da sua consciencia e da sua vontade; por tudo isto são responsaveis perante Deus e perante os homens; e d'este dever resulta para elles o direito de escolherem aquelles a quem confiam a missão que não podem desempenhar. Ninguem contestará, supponho eu, que um pae possa instruir por si mesmo os seus filhos. E, se tempo e competencia lhe faltassem, quem lhe recusaria então a faculdade de os fazer instruir em casa por um professor particular? Trata-se pura e simplesmente do exercicio d'um direito de familia, d'uma attribuição familiar. E o mesmo se repete quando as creanças vão a casa do professor, em vez de este vir ás suas casas; não creio que o logar transforme o mestre, os alumnos e as lições. Que muitos paes de familia enviem seus filhos a um mesmo professor ou aos mesmos professores, e teremos assim formada uma escola. E n'este caso, não é identica a situação? isto é, não apparecem os mestres como mandatarios, delegados, representantes dos paes? E esta delegação não é absolutamente da mesma natureza, quer se trate d'uma escola publica, quer d'uma escola privada? Tanto n'um caso como no outro, não ha uma funcção do poder publico, mas uma delegação do poder paternal». (Discurso de Grousseu, na Camara franceza, na sessão de 14 de janeiro de 1910).

reito absoluto de a fiscalisar.[1] O contrario seria a negação da propria ordem social, uma subversão total de todos os principios e de todos os direitos!

Não é difficil agora indicar os termos em que a escola collaborará na educação e instrucção da creança. Fixado que a funcção da escola é méramente suppletiva, que o professor é um delegado do pae, cuja auctoridade recebeu para continuar na aula a obra do lar, consequentemente se affirma que lhe compete, na realisação d'esta missão, seguir escrupulosamente a instrucção e educação moral e religiosa que no seio da familia a creança haja recebido e os paes desejassem completar.

A natureza privada da escola, que adeante demonstraremos, liga á funcção do professor um caracter tambem *privado*, isto é, o professor apparece sómente como um representante da familia, a creança deve encontrar na escola o mesmo ambiente que a cercou e amparou em casa. Considerar o professorado como uma profissão independente da familia e estipendiada pelo Estado, e a instrucção um mero serviço publico, é arrebatar-lhe toda a auctoridade, negar-lhe um fim superiormente digno e nobilitante, é reduzi-lo á cathegoria de uma machina rotinaria, pezada, lenta e impessoal, privada do estimulante energico da emulação, que oscillará, como disse Leroy Beaulieu, entre a «rotina prolongada e a subitanea e radical mudança dos methodos».[2]

Destrincemos agora, com cuidado e precisa clareza, os limites em que o Estado deve collaborar com os outros poderes educadores na educação e instrucção da creança. Sobremaneira se torna necessario estuda-lo, porque são profundos os estragos operados pelo liberalismo n'este ponto especial de doutrina, e os seus preconceitos vivem e dominam, desgraçadamente, na maior parte dos espiritos, ainda os mais cultos. Pode dizer-se que é este o problema fundamental de toda a questão escolar.

Tres attitudes pode tomar o Estado em face do ensino:

---

[1] Cf. Sertielanges, *La Famille et l'Etat*, Lecoffre, cap. II e III.

[2] *L'Etat moderne et ses fonctions*, l. V, cap. III, p. 273. Paris, 1900.

— só o Estado pode ensinar, é o *monopolio*; o Estado não ensina, é a *abstenção*: o Estado ensina ao mesmo tempo que os particulares tambem ensinam, é a *concorrencia*. O primeiro systema, que os publicistas francezes classificam de *tout faire*, é illegitimo. Advogado e patrocinado pela phylosophia allemã, baseia-se n'uma rigida e arbitraria concepção organicista do Estado, segundo a qual elle é «o cerebro do corpo social cujas molléculas são os individuos» ou ainda o «apparelho regulador e nervo-motor que governa o aggregado da sociedade», devendo, portanto, «o homem, desde o berço ao tumulo ser conduzido para o seu fim, pelo Estado».

Como muito bem escreve Lamarzelle, [1] n'este systema é o proprio individuo que desapparece, é a personalidade humana que é absorvida pelo do Estado. Toda a iniciativa desapparece, o individuo diminue-se, não conta comsigo, entrega-se para tudo nas mãos do Estado, visto que em si mesmo não encontra força ou vida bastantes; o que acaba, em summa, na diminuição do proprio Estado, por isso que a sua força não é mais do que a resultante de todas as forças dos individuos que o compõem, e a sua vida é haurida na vida dos seus membros.

Além d'isto, com effeito, a distribuição do ensino não é para o Estado uma funcção normal. Para que o fósse, seria necessario que o Estado apresentasse uma fundamentada razão do seu direito exclusivo. Ora, o facto verificado pela sociologia, é que a familia, como já dissemos, é logica e chronologicamente anterior á sociedade civil e politica, e esta não é mais que uma associação de familias, constituida para a prosecução d'um fim commum. Occorre, pois, perguntar: — é porventura o Estado o auctor da vida da creança? Com que razão confiscaria elle em proveito proprio os direitos indiscutiveis dos paes, baseados na funcção augusta e primordial da geração natural?

Não é racional a objecção de que o Estado é o auctor da vida social e que, por tal motivo, tem tambem reivindicações

---

[1] *La question de l'enseignement*, no *Correspondant*, 10 de janeiro de 1911, pag. 20 e 21.

a fazer, assim como a familia e a Egreja. Vimos que a vida *social*, de que o Estado é simples orgão, é posterior á constituição da familia, resultando uma e outra da ratificação d'esta ou d'aquella forma de governo, feita por grupos de familias, approximados por um conjuncto de tradições enraizadas e de circumstancias de momento. Demais, o homem só depois de emancipado é que entra em plena vida social, integrando-se até então na vida domestica, e o Estado, embora seja interessado na sua formação do individuo durante o periodo da sua infancia e adolescencia, porisso que elle será um futuro cidadão, não pode attribuir-se o direito de intervir n'ella com exclusão de todos os outros poderes educadores.

Precedentemente mostrámos que a funcção essencial do Estado é uma simples funcção de garantia social do progresso de cada aggregado, e vimos ainda que, sendo este seu fim de ordem geral, visto como visa o bem geral dos associados, elle não pode comportar um fim restrictamente pessoal como o da educação, — um bem *particular*. Dir-se-ha que assim como o Estado tem o direito de constituir juizes e formar officiaes do exercito, assim tambem pode abrir escolas e confia-las a professores especiaes, e de reconhecidas aptidões.

«Responderei negando a semelhança dos casos invocados», diz Gaston Sortais. [1] De facto, o principio que serve para delimitar as funcções do Estado pode formular-se da maneira seguinte: o governo, existindo apenas para um bem geral, não deve occupar-se directamente senão das coisas que, interessando á vida collectiva da nação, exigem uma auctoridade superior a todas as outras, para serem conduzidas a um bom termo. «D'aqui resulta que o Estado é encarregado de provêr ás *necessidades communs* da nação, isto é, áquellas que não podem ser convenientemente satisfeitas sob o regime da iniciativa individual, que reclamam o concurso absoluto e previo de todos os cidadãos». [2]

A administração da justiça e a organisação do exercito

---

[1] *Ob. cit.*

[2] Leroy-Reaulieu, *ob. cit.* l. III, cap. I, pag. 94. 3.ª edição. Paris, 1900.

entram, por consenso unanime, n'esta cathegoria de *necessidades communs*, que necessitam da intervenção d'uma auctoridade central imposta a todos. A instrucção é por certo uma *necessidade commum;* mas pode ser convenientemente satisfeita, no todo ou em parte, consoante as circunstancias contingentes de tempo e de paiz, pela iniciativa privada. O Estado não deve, pois, intervir senão para supprir a insufficiencia dos particulares».

Finalmente, — que vantagens advéem do systema centralisador para a instrucção? Nenhumas. E' um systema detestavel, que produz o atrophiamento das iniciativas e a subalternisação dos espiritos, pela despotica e frequente intervenção dos governos, pela constante mudança dos methodos, que compromettem sériamente o successo pleno dos estudos. Não pretendemos affastar-nos do programma especial que traçámos ao encetar este trabalho, entrando n'uma analyse vasta e funda dos resultados da centralisação do ensino em Portugal. Comtudo, o espectaculo actual da nossa decadencia mostra-lhe os vicios insophismaveis. O Estado-ensinante, em Portugal, escolheu para modelo a rustica figura do oleiro que faz sahir d'uma egual fórma uma série de estatuetas eguaes. Não attende ás necessidades moraes que differençam os typos, ás modalidades de espirito e nem mesmo á compleição physica dos individuos.

Assim se explica, pela rotina dos methodos e pelo abuso do Estado, o facto impressionante do successivo augmento de escolas não produzir um parallelo e constante decrescimento de analphabetismo. E esta constatação irreductivel assume, em França, uma significação muito maior, porque as experiencias de trinta annos de ensino official provaram apenas uma tão malefica incompetencia do Estado em materia pedagogica, que o insuspeito Clemenceau [1] não receou denuncia-la em pleno Senado: «o estado tem filhos de mais para ser um bom pae». Concluamos, portanto, com Emilio Faguet, que o Estado não deve intervir em materia de ensino «porque não é professor, nem philosopho, nem pae de familia» e tambem «porque

[1] *Discursos*, de 30 d'outubro de 1902.

quando intervem, é, na maior parte das vezes, desastrado, e nas restantes ridiculo ».[1]

A este systema de monopolio, cuja illegitimidade deixamos patente, contrapõe-se o da *abstenção:* o Estado não ensina. Esta deveria ser a sua attitude normal.

Abstenção, porém, não quer dizer desinteresse absoluto. O Estado não pode alhear-se do problema do ensino; o que deve é *abster-se de ensinar*. Do contrario, se assim não fosse, do *tout faire* cahiriamos no *laisser faire*; d'um exagero passariamos a outro exagero. O individualismo conduziria fatalmente á anarchia. A famosa lei do *strugle for life* não pode nem deve ser arvorada como um dogma em materia de ensino.

Não, a abstenção envolve apenas a ideia de não participação. E desde o momento que ao Estado não compete uma missão de ensino, ella pertence logicamente á iniciativa privada. Aos particulares, ás associações, leigas e ecclesiasticas, livremente constituidas, impende o encargo e cabe a honra de offerecer aos paes as suas escolas, collegios e universidades, ministrando todos os graus de ensino sob certas garantias e vigilancia dos poderes publicos, cuja extensão determinaremos. Esta ideia fundamental, d'uma verdadeira liberdade, comporta, consequentemente, a liberdade de programmas e da escolha de auxiliares pelos directores dos institutos sob a sua responsabilidade. A estes exigiria o Estado um diploma, decretado por um jury competente d'uma outra casa de ensino, que provasse as suas capacidades.[2] E, por outro lado, a emulação honesta dos varios institutos, ajudaria a fornecer aos alumnos uma solida educação, operar-se-hia simultaneamente uma selecção benefica entre as escolas, collegios e universidades, para a qual muito contribuiria tambem a vigilancia assidua dos paes de familia, sobre o desenvolvimento e progresso de cada um d'elles.

A estes dois systemas do *laisser faire* e do *tout faire* succede um outro que Baudrillart muito bem classificou de *aider*

---

[1] *Liberalisme*, pag. 161-162. Paris, 1902.

[2] Cf. Dom Besse, *ob. e log. cit.*

faire; ás hypotheses do monopolio, que é illegitimo, e da abstenção, que é legitima, accresce uma outra, a da *concorrencia*, que pode ser legitimada em certos casos.

Embora a attitude do Estado em materia de ensino seja a abstenção, circumstancias ha em que ella não pode ser mantida nem acceita.

Todas as vezes que a iniciativa privada, individual ou collectiva fôr impotente para cumprir a sua missão, ó Estado deve intervir, suscitando a sua acção, provocando-a, e não agindo senão quando as associações ou os individuos não queiram ou não possam agir. E' um agente accidental, *um substituto provisorio*; a sua funcção é méramente *suppletiva*, como dissemos.

N'estas condições, o Estado abrirá escolas, collegios e universidades em proporção ás necessidades do paiz, e logo que a iniciativa privada renasça, logo que aquellas circumstancias desappareçam, deve desapparecer com ellas a sua imiscuição passageira. Era esta a razão porque Julio Simon, ao fallar no congresso das sciencias sociaes em Gand, dizia que o Estado-ensinante deve preparar a sua abdicação», e este tambem o motivo que levava Brunetière a repetir com instancia que «o Estado é sómente o mandatario do pae de familia».

Em que condições deve, porém, fundar o Estado aquelles estabelecimentos de ensino, quando a iniciativa privada esteja adormecida?

A resposta varia, consoante a unidade de crenças existe ou não n'um paiz determinado.

No primeiro caso, isto é, se no paiz existe unidade de crenças, se — para o nosso ponto de vista — a maioria dos cidadãos professa a religião catholica, o ensino do cathecismo deve fazer parte dos programmas escolares, podendo, é claro, os cultos dissidentes abrir escolas confessionaes. Era a situação existente em Portugal até á proclamação da republica.

Se, pelo contrario, a unidade de crenças desappareceu, a situação torna-se mais complexa. Em primeiro logar, o Estado deve deixar aos representantes dos cultos a faculdade de abrirem escolas confessionaes em concorrencia com as escolas publicas e nas localidades em que só estas escolas existam, a neutralidade confessional, quer dizer a abstenção ácerca dos

pontos de doutrina que dividem entre si as varias confissões christãs, impõe-se [1].

Em segundo logar, o ensino commum a todos os alumnos deve, n'aquellas escolas, inspirar-se nos principios da religião natural e da philosophia espiritualista, bases indispensaveis ao edificio social, a saber: a existencia d'um Deus pessoal infinitamente perfeito, a liberdade do homem, a immortalidade da alma e as sancções da vida futura.

Quando as circumstancias obriguem o Estado a fundar estabelecimentos de ensino, em concorrencia com a iniciativa particular, deve conceder e garantir aos estabelecimentos fundados por ella uma situação equitativa, em relação ás escolas officiaes. E assim, uma regular e proporcional distribuição de subsidios, recompensas e incitamentos, deve por egual attingir umas e outras.

Nem só, porém, o Estado está sujeito a deveres. Não póde ficar indifferente ou alheio ao bem estar, á boa ordem social. Assim é que lhe cumpete, sobre os institutos de ensino que funccionem sob o seu dominio, um direito de inspecção e vigilancia que respeita não só á hygiene e á moralidade, mas tambem ás doutrinas subversivas que alteram o equilibrio das classes e difficultam o progresso d'um povo, como o antipatriotismo e o anarchismo. E egualmente é seu direito substituir-se aos paes que por sevicias ou maus tractos sobre seus filhos se tornem indignos do exercicio da sua auctoridade, sendo certo, porém, que o encerramento ou abertura d'uma escola só pelos tribunaes de direito commum devem ser pronunciados, que o Estado deve sempre proceder com a maior prudencia e que o lar domestico deve ser o mais possivel preservado de intrusões policiaes intempestivas, intervindo o Estado apenas quando os delictos sejam notorios ou prudentemente presumiveis [2].

---

[1] Mas é bom frizar que, ainda n'esta hypothese, deve ser reservado um certo tempo para a instrucção religiosa dos alumnos que a desejem e que aos ministros dos cultos deve ser permittido expôr aos seus fieis um curso de religião apropriado.

[2] Taparelli. *Essai theorique du droit naturel basé sur faits*, l. IV, cap. IV.

Resta-nos agora determinar, na ordem sobrenatural, quaes os direitos da Egreja na educação e instrucção da creança.

A Egreja é de facto a grande auxiliar, de instituição divina, em materia de instrucção e educação. Ella é na ordem sobrenatural aquillo que a familia é na ordem natural: cria as almas para a vida da graça pelo baptismo, e consequentemente goza de auctoridade sobre todos os baptisados, e compete-lhe desenvolver e defender a vida sobrenatural que elles receberam, como seus filhos, que são. Este o titulo fundamental do seu direito.

A Egreja reivindica para si dois poderes: um directo e outro indirecto.

Em primeiro logar, ella tem um poder directo sobre a formação sobrenatural dos baptisados. Jesus Christo conferiu-lhe a missão de instruir a humanidade inteira até á consumação dos seculos. (S. Math. XXVIII, 19-20). Pelos sacramentos e com a sua auctoridade de mãe infallivel, em materia de fé e de costumes, ella tem á sua disposição meios efficazes para preservar seus filhos do erro, que é o mal da intelligencia, e do vicio, que é o mal da vontade; é portanto capaz de exercer o seu poder directo sobre a formação sobrenatural dos christãos, isto é, sobre a sua instrucção religiosa e educação moral. Os paes teem, de certo, o direito de inculcarem a seus filhos as primeiras noções da fé com o maior cuidado e disvélo, mas sempre sob a direcção e com o concurso da Egreja.

Em segundo logar, ella tem um poder indirecto sobre a formação natural dos baptisados.

Jesus Christo, seu divino Fundador, encarregando-a de instruir todas as nações, impôz-lhe tambem a obrigação de conservar intacto o deposito sagrado da sua doutrina. D'aqui deriva para a Egreja o consequente direito de vigiar o ensino inteiro a fim de banir d'elle tudo o que seja de natureza a ferir e adulterar a pureza da fé e dos costumes (*Concilio do Vaticano, Const. de fide catholica*, cap. IV e can. II).

Esta superintendencia é a consequencia necessaria do seu poder directo sobre a formação dos baptisados, e incide sobre todas as sciencias que se refiram a questões religiosas, sobre as chamadas materias mixtas. Denunciando aos paes christãos o perigo das escolas hostís á sua crença, prohibindo os livros

animados de espirito anti-catholico, os Bispos apenas cumprem rigorosamente o seu dever.

Em resumo, este direito original e imprescriptivel, é por ella exercido segundo a ordem natural, quer dizer por intermedio dos paes, ordenando-lhes que eduquem seus filhos catholicamente nos lares, e em seguida na escola, que é seu prolongamento, quer seja fundada quer fiscalisada por ella; e, como diz Lamazelle [1], se o Estado se substituir á missão educadora dos paes catholicos, deve, em seu logar, cumprir a obrigação que essa missão logicamente impõe ás suas consciencias religiosas, qual é a de dar a seus filhos uma educação catholica. Ainda mesmo que hoje o Estado mantivesse lealmente, ácerca de neutralidade, os compromissos por elle tantas vezes contrahidos, violaria o direito dos paes e mães catholicos. Se elle quer crear escolas, são escolas catholicas que elle deve ás creanças nascidas e baptisadas catholicamente. Não é sómente contra a violação da neutralidade escolar que devem protestar os catholicos; é seu dever atacar de frente o proprio principio da neutralidade escolar [2].

A corroborar e a apoiar a força incontestavel d'estes direitos, estão os inestimaveis serviços prestados pela Egreja durante vinte seculos á causa da instrucção e civilisação dos povos!... [3]

•

Concluamos esta primeira parte do nosso estudo.

De tudo o que dissemos, resalta a necessidade indiscuti-

---

[1] Artigo cit.

[2] Como muito bem notava Chesnelong, os proprios termos de *neutralidade escolar* são já um insulto ás creanças catholicas. «Expulsar a religião da escola, exclamava, é declarar que ella nada tem que fazer na formação da alma humana, o que constitue uma excellente forma de proclamar a sua inutilidade; guardar silencio sobre o nome de Deus é dar a entender que Elle não é a luz das intelligencias, a lei das vontades, o juiz supremo das acções humanas, o que é clara maneira de ensinar á creança a desprezar a Deus, em vez de O conhecer!» (Discurso do Senado de 3 de maio de 1833).

[3] A um estudo especial cabe a exposição critica da attitude historica da Egreja em face da instrucção, de qual nos abstemos, attenta a indole d'este trabalho e o programma que traçámos.

vel de respeitar sempre na educação e instrucção das creanças o direito imprescriptivel das familias, de levantar bem alto o principio da liberdade de consciencia, base d'uma ordem social perfeita. Que cada um dos poderes educadores não transponha os limites das suas funcções legitimas, e que dentro d'elles coopére pelo levantamento moral e religioso das gerações.

A grande reivindicação dos catholicos e de todos os cidadãos honestos, é a *liberdade de ensino*. A realisação *normal* d'uma collaboração proficua, entre a familia, a escola, a Egreja e o Estado, em materia de organisação do ensino, — eil-a:

Para os filhos de christãos a escola officialmente christã!

Francisco Velloso.

A religião é um facto exclusivamente social?

«Uma sociologia mystica, concebida como contendo o segredo de todas as coisas, tal é, a nosso vêr, o fundo de todas as religiões», escrevia Guyau na *Irreligion de l'avenir* [1]. Guyau accrescentava: «Estas (as religiões) não são apenas antropomorphismo; são uma extensão universal e imaginativa de todas as relações humanas, boas ou más, que podem existir entre as vontades acêrca todos os factos sociaes de guerra ou paz, de odio ou amizade, de obediencia ou de revolta, de protecção e de auctoridade, de temor e de respeito, de dedicação e de amor: a religião é o sociomorphismo universal.»

Esta theoria de Guyau, que foi tambem a de Augusto Comte — para este ultimo religião e sociologia são uma

[1] Guyay, *l'Irreligion de l'avenir*, Paris, 1906 (12.ª edição).

e a mesma coisa — é sustentada actualmente por uma escola de philosophia religiosa que se considera como herdeira do pensamento positivista e cujos principaes representantes são Durkheim [1], Mauss [2], Hubert [3], etc. Entitulou-se Escola Sociologica. Retomando o pensamento de Augusto Comte e de Guyau, a Escola Sociologica diz-nos que toda a religião tem por causa e por objecto a sociedade. E' a sociedade que a faz nascer, é á sociedade que se ligam todos os sentimentos religiosos e se dirigem todos os ritos que são a expressão exterior, publica e social d'esses sentimentos.

E' verdade então que toda a religião é uma sociologia?

Depois de haver citado as linhas de Guyau, acima reproduzidas, e posto em relevo a definição que este ultimo dá de religião, Brunetiére accrescenta: «Esta definição..., julgo-a não só como boa, mas ainda como a melhor que é possivel dar do fundo commum a todas as religiões». E para justifical-o, o mesmo escriptor, no seu livro *Sur les chemins de la croyance* e no capitulo intitulado *la Religion comme sociologie*, estabelece em trez paragraphos fortemente pensados e vigorosamente escriptos: — 1.° que o caracter essencial de toda a religião é ser uma Sociedade de crenças; — 2.° que toda a religião que cesse de ser uma Sociedade, cessa necessariamente de ser uma religião; — 3.° que como toda a Sociedade de crenças se transforma em religião.

Em appoio de cada uma d'estas trez theses, o eminente auctor chama em seu auxilio a historia e adduz documentos. «A historia mostra-nos que fetichistas ou polytheistas, religiões da natureza ou religiões do amor, religiões da familia, do clan, da cidade, religiões nacionaes, religiões universaes, todas as religiões são apenas

---

[1] *Année Sociologique*, 1898.

[2] *Année Sociologique. Esquisse d'une theorie generale de la magie.* (7.° anno), 1902-1903.

[3] Hubert, Introducção á traducção franceza do *Manuel d'histoire des religions*, por Chantepie de la Saussaye.

ajuntamentos, agrupamentos, reuniões de sêres humanos em torno da ideia commum que formam da divindade, da participação geral d'uma crença, da compartilhação effectiva das cerimonias d'um mesmo culto, e, como consequencia, do compromisso que os fieis tomam de subscreverem o *Credo*, promulgado pelos seus padres, de alimentar o culto, preservar ou desenvolver esta crença, organisal-a, propagal-a, honrar a Deus. » D'onde pode concluir-se que « toda a religião na historia, antes de ser outra coisa, e seja qual fôr a maneira por que lhe definam a essencia, é sobretudo associação, communhão, Egreja ».

A historia mostra-nos tambem que toda a religião que cessa de ser uma sociedade, deixa de ser uma religião. E' o que Augusto Comte constatava muito justamente ao fallar da razão individual gradualmente desenvolvida pelo protestantismo, pelo deismo e pelo scepticismo. O protestantismo é a razão individual oppondo a sua independencia e a sua autonomia ao *Credo* commum. Foi uma religião separando-se da Egreja ; mas foi uma religião diminuida. O deismo é uma religião sem Egreja. De religião só tem a sombra. A realidade desappareceu. Com o scepticismo, segundo o qual o homem é a medida de todas as coisas, e cada um cria para si uma religião propria, aquella sombra desvanece-se.

A historia estabelece emfim como toda a Sociedade de crenças se transforma n'uma religião. Tocqueville, no seu livro sobre *l'Ancien Régime et la Revolution*, inquiriu como e porque é que a Revolução franceza foi uma revolução politica que procedeu á maneira das revoluções religiosas. Brunetière responde que a Revolução franceza procedeu á maneira das revoluções religiosas porque ella o foi tambem. Havia nas almas d'aquelles que foram seus instrumentos e obreiros, convicções falsas por certo, mas ardentes, que constituiam um fundo de crenças n'um ideal chimerico. Este conjuncto de crenças communs, quizeram elles realisal-o, tranformando-as em Sociedade. De tudo isto, Brunetière, com a historia na mão, conclue que toda a religião é um facto social.

E' verdadeira esta conclusão. Basta, depois de haver-

mos consultado a historia, estudarmos a natureza do sentimento religioso e analysarmos alguns dos seus effeitos, para nos convencermos de que toda a religião é, em graus diversos, social. Deve sel-o por isso que o sentimento que ella inspira, é caracterisado por uma viva necessidade de expansão e de proselytismo. Diz uma lei psychologica que todo o homem cujo coração é invadido e penetrado por um sentimento vivo, intenso e profundo, procura manifestar esse sentimento e fazel-o partilhar por outros homens. Mais do que nenhum outro, o sentimento religioso obedece a esta lei.

Com effeito, por um lado, aquelle que o possue, sente-se impotente para o traduzir como queria e como o pediria o proprio Deus que é seu objecto. D'onde, o desejo de pôr-se esse contacto com outros crentes para encontrar n'esta communhão d'almas a intensidade de vida, a força de expressão e o valor da eurythmia que o homem isolado não pode attingir. Por outro lado o sentimento religioso tende a communicar-se, como toda a vida, plena e desbordante. D'aqui vem, n'aquelle que fortemente o experimenta, a incoercivel necessidade de fazer proselytismo. O sentimento religioso é por isso mesmo um cimento de união social poderosissimo. Eis o que foi visto muito claramente por Durkheim e pela Escola Sociologica, e proclamado por Brunetière, utilisando n'esta parte os dados do positivismo, ao encontro do protestantismo liberal e de todos aquelles que, querendo reconduzir tudo ao individuo sob pretexto de salvaguardar a sua autonomia, exaltam o que elles chamam, com Sabatier, a religião do espirito sobre as religiões da auctoridade.

Estamos de accordo com Brunetière e Durkheim, em reconhecermos que a religião é um facto social. Mas será licito dizer-se que a religião é antes de tudo e tão essencialmente um facto social que a definição dada por Guyau, *a religião é um socio morphismo universal*, é a melhor, do fundo commum a todas as religiões? Será licito dizer-se, com a Escola sociologica, que a religião é um facto exclusivamente social e que os factos religiosos não são religiosos senão porque são sociaes?

Eis um outro aspecto do problema que devemos examinar.

Se considerarmos os effeitos e certos caracteres proprios do sentimento religioso, devemos reconhecer que a religião é naturalmente social. E'-o porém, a tal ponto que, com Brunetière, se affirme: «Toda a religião, na historia antes de sêr outra coisa, e seja qual fôr a maneira por que lhe definam a essencia, é sobretudo Associação, Congregação, Communhão, Egreja»[1]

Estas expressões do eminente escriptor ultrapassam evidentemente o seu pensamento. Tomadas á lettra, não significariam sómente que a religião se desenvolve muito naturalmente em Sociedade e encontra na associação as condições indispensaveis d'uma vitalidade maior — e era isto o que Brunetière, no fundo, queria dizer — mas significariam ainda que a religião é um facto exclusivamente social, que ella se identifica com a sociologia e póde ser definida, segundo a phrase de Guyau, um sociomorphismo universal. E' o que affirma, com Durkheim, a theoria positivo sociologica. A originalidade d'esta theoria, consiste em que, em materia de religião e de sentimento religioso, ella substitue a explicação sociologica á explicação psychologica. Em vez de reconhecer que o facto religioso sahe da alma humana, ensina que lhe é imposto de fóra, pela collectividade de que elle é a expressão, como escreve Gourd n'uma obra recente[2]. «Não é na natureza humana, escreve por sua vez Durkheim, que é preciso procurar a causa determinante dos phenomenos religiosos, mas na natureza das sociedades em que elles appareceram. O problema é posto em termos sociologicos. As forças deante de que se inclina o crente não são simples energias physicas, mas forças sociaes.[3]»

Segundo o mesmo auctor, aquillo que o prova é que,

---

[1] Brunetière, *Sur les chemins de la croyance*, p. 189, Paris, Perrin, 1905.

[2] J. J. Gourd, *Philosophie de la croyance*, p. 1, Paris, Alcan, 1911.

[3] *Année sociologique*, 1898, p. 25.

se, espectadores imparciaes, conforme as regras do estricto methodo objectivo e sociologico, nós considerarmos as diversas fórmas religiosas, não no seu conteúdo, que é diverso de umas para outras, e muitas vezes não cahe sob a nossa observação, mas nos seus caractéres communs observaveis e nas suas manifestações exteriores, — constatamos que todas ellas teem um culto, ceremonias, ritos definidos, crenças acceites pela collectividade!

«Estas crenças — as crenças do grupo — se as estudarmos sempre, não no seu conteúdo mas na sua parte exterior, fazem-se notar por uma pressão sobre as intelligencias dos individuos. São obrigatorias. Impõem-se a cada um dos membros do grupo com uma auctoridade intransigente e tyrannica». Os factos religiosos, diz Hubert, «apresentam n'um elevado gráu, um caracter que é um dos melhores do facto social, aquelle que poderia chamar-se a auctoridade constrangedora» [1]. Estas crenças obrigatorias e constrangedoras, soffre-as o individuo: e elle inclina-se deante d'ellas como deante d'uma força mystica que lhe impõe o respeito e a submissão.

Mas d'onde vem esta força mystica tão poderosa para assim se impôr á intelligencia dos individuos e para constranger a sua vontade? Vem da propria collectividade.

N'ella e só n'ella reside e póde residir esse poder: «As crenças são obrigatorias porque são diffundidas na sociedade e mechanicamente impostas aos individuos. A resistencia d'estes é inconcebivel... Tudo o que é obrigatorio é de natureza social. Se é interdicto ultrapassar o dominio da experiencia, não ha potencia moral acima do individuo, salvo a do grupo a que elle pertence. Para o conhecimento empirico, o unico sêr pensante maior do que o homem, é a sociedade» [2]. Não é, pois, forçoso concluir que só a sociedade póde tornar obrigatoria uma crença e impôl-a aos individuos? que, por conseguinte, a religião, cujo caracter essencial é esta crença, tem a sua

[1] Hubert *Ob. cit.* p. XXXVIII.
[2] Durkheim, *Ob. cit.*

fonte na sociedade? Acontece com as crenças religiosas, o mesmo que acontece com as regras juridicas, com os systemas financiaes, typos d'architectura, codigos de gosto que reinam na sociedade em que nascemos. Tanto a uns como a outros, não os podemos modificar. São correntes sociaes, habitos collectivos de pensar ou de agir que se nos impõem sem interferencia nossa, e que, pelo seu poder constrangedor para com os individuos, nos apparecem revestidos d'um caracter mysterioso e sagrado.

Uma outra constatação leva o sociologo positivista a reconhecer que a sociedade, fonte de toda a religião, é tambem o termo e o objecto d'ella. Pelo seu poder constrangedor a sociedade fez nascer o sentimento religioso nos individuos; é a ella que este mesmo sentimento se liga. Como não seria assim? Considerae todos os beneficios que o individuo recebe da collectividade e o que ella é em relação a elle. D'ella e dentro d'ella nasceu elle; por meio d'ella se formou e desenvolveu; tudo o que tem e tudo o que é, da sua acção creadora, providencial e benefica o recebe. Sem ella, nada seria. Já existia antes d'elle nascer; continuará existindo depois d'elle. Nascido hontem, o individuo desapparecerá ámanhã; a sociedade, pelo contrario, é permanente. Elle é o phenomeno inconsistente que passa; ella é a realidade poderosa que subsiste. D'ahi toda uma multidão confusa de sentimentos que o individuo não póde deixar de experimentar para com esta força mysteriosa de que elle depende. São sentimentos de reconhecimento e de temor, de amor e de respeito, de veneração e de adoração, n'uma palavra todos os sentimentos religiosos.

O objecto a que esses sentimentos se dirigem, tem o nome augusto de divindade; mas a divindade é, diz Durkheim, *a sociedade transfigurada e pensada symbolicamente*. Durkheim é assim, com a sua escola, o continuador do pensamento religioso de Augusto Comte. A religião da Escola Sociologica é, sob novos aspectos, a religião de que Augusto Comte foi fundador e quiz ser avô: a religião da humanidade, a religião sem Deus.

•

Que pensar d'esta doutrina?

A primeira nota que se impõe a todo aquelle que quer considerar muito attentamente a explicação do facto religioso, diz respeito á escolha do methodo.

No estudo do facto religioso, a Escola Sociologica adoptou o methodo adoptado por Augusto Comte para o estudo dos phenomenos psychologicos. Olhando como «radicalmente nullo» o methodo retrospectivo, pelo motivo de que «o individuo pensante não poderia dividir-se em dois, um que raciocinasse e outro que visse raciocinar», Augusto Comte substituiu-lhe o methodo de observação externa. Analogo ao processo do medico que julga do mal do seu cliente segundo as perturbações organicas que o assignalam, o methodo de observação externa não attinge senão as manifestações exteriores e as condições phisiologicas dos nossos estados d'alma. Segue-se que estes ultimos são deixados na sombra. O observador chega até a negar o que seus olhos não vêem, o que as suas experiencias não podem apprehender. Desde esse momento, a psychologia vê as suas fronteiras diluirem-se pouco a pouco, e desapparecerem por fim; os seus dominios são invadidos e bem depressa são absorvidos pela biologia e pela phisiologia. O preconceito positivista conduz Augusto Comte a negar a realidade da consciencia e a esvasiar do seu conteúdo a psychologia. O psychologo positivista deixou de ser psychologo: é apenas physiologista.

Este methodo, que dá em psychologia resultados tão pungentes, é precisamente aquelle que a Escola positivo-sociologica exclusivamente adoptou para estudar o facto religioso. Observa-se o sentimento religioso por fóra, segundo as suas manifestações externas — ritos, ceremonias, usos, effeitos produzidos, resultados sociaes — taes como a historia e a sociologia nol'os apresentam.

Ora, suppondo que a applicação d'um tal methodo fosse possivel, suppondo que fosse possivel tratar dos factos religiosos sem preoccupação com o sentimento e a crença, de que elles são apenas traducção, a que resultado

se chegaria? Um tal processo colloca o observador na impossibilidade de nada apprehender da natureza intima d'esses factos. Ritos, ceremonias, usos, succedem-se deante de seus olhos sem que lhe seja possivel interpretar esses gestos estranhos que ficam inexplicaveis.

O sociologo positivista que não quer estudar a religião senão por fóra, actua sob a influencia, inconsciente talvez, mas real, d'uma ideia preconcebida, que é o preconceito positivista.

Este preconceito ou postulado indemonstrado, segundo o qual não existem senão phenomenos fóra dos quaes nada é possivel conhecer, domina toda a theoria, orienta a attenção do observador para o estudo exclusivo dos factos exteriores, é causa de elle deixar na sombra outros factos capazes de trazer-lhe um testemunho contrario, ou antes de elle forçar esses factos, comprimil'os, truncal'os sendo preciso, para fazer com que elles entrem no estreito quadro do methodo experimental. Mas truncal'os assim, é destruir a unica realidade da religião como tal, do mesmo modo que se destróe a realidade da sociedade, como tal, afastando as ideias, os sentimentos, as tradicções que constituem o laço social entre os seus membros. «Rejeitae as instituições, as tradições, todos os productos ideaes d'uma sociedade, as suas aspirações e as suas esperanças no futuro, e a sociedade deixará de existir, escrevia recentemente Koslowski na *Revue philosophique*. Resta apenas, accrescentava, uma justa posição de individuos e suas conjuncções fortuitas, taes como os choques das moléculas gazozas na hypothese cinetica. A imagem do atomismo scientifico, imagem decalcada sobre a realidade sensivel das coisas separadas pelo espaço, é transferida para o dominio social. E como a concepção mechanico-atomistica não póde nunca explicar a consciencia..., do mesmo modo o atomismo social é incapaz de explicar a sociedade, porque o laço das consciencias individuaes, que é a alma social, escapa-se-lhe.» [1] Um

[1] *La Realité sociale* (*Revue philosophique*, agosto 1913).

methodo semelhante é mais impotente ainda para apprehender a intima essencia do facto religioso e a propria religião [1].

Por outro lado — e eis a nossa segunda observação — o exame das provas adduzidas pela Escola positivo-sociologica demonstra claramente que a theoria se appoia sobre uma inexacta interpretação de factos préviamente desfigurados.

A primeira d'estas provas diz respeito ao caracter de obrigação e de constrangimento moral inherente a toda a religião. Tende ella a estabelecer que toda a crença, todo o sentimento e todo o culto religioso devem ter na collectividade ou grupo social a sua origem, a sua explicação e a sua razão de sêr, por isso que são impostos por obrigação. D'onde poderia vir uma obrigação semelhante, senão d'uma força superior ao individuo? Esta força moral superior não póde ser senão a do grupo.

Raciocinando assim, apresentam-se-nos factos mutilados e hypotheses gratuitas. Dizem-nos: «O caracter de

---

[1] Na sua obra sobre a *Origem da idéia de Deus*, o sabio director do *Anthropos*, P. Guilherme Schmidt, faz notar que uma «certa incapacidade de tratar d'um modo scientifico, questões de religião, não provém somente da incredulidade mas tambem d'uma certa posição *scientifica* préviamente determinada. Em outro logar (*Anthropos*, I, 1906, p. 149) mostrámos, accrescenta elle, como, depois do meado do seculo XIX, sob a conducta de Broca e Topinard, a anthropologia physica prevaleceu sobre a ethnologia, e como esta nova escola carecia de intelligencia para comprehender a independencia e as propriedades da alma e a psychologia em geral.

Este defeito devia fazer-se sentir muito precariamente sobretudo nas questões religiosas, tão intimamente ligadas á psychologia» (*L'origine de l'idée de Dieu. Étude historico-critique et positive*, Vienna, 1910, p. 24.)

Réville pensa da mesma maneira. Acêrca d'um artigo de Mauricio Vernes que tratava da religião no sentido acima indicado, escreve elle: «Se por trabalho habitual e exacto da Escola d'anthropologia se entende isto, instantemente desejamos não a vêr fixar-se sobre a historia das religiões. Quando se trata de determinar e de apreciar os phenomenos do mundo moral e intellectual, exigimos um pouco mais de psychologia e de espirito philosophico (*Revue de l'histoire des religions*, XLVII, 1903, p. 431) — Citado por Schmidt, *ibid.* p. 24, nota.

obrigação não póde derivar senão da força social.» E, para provar isto accrescentam: «A obrigação imposta ao fiel é coercitiva e forçada.» Em seguida estabelece-se que a obrigação é coercitiva e forçada, constatando que o fiel a acceita por modo de submissão passiva, como um automato.

Tantas affirmações, tantas inexactidões!

Não é exacto, em primeiro logar, que a sociedade seja para o individuo a unica fonte nem a primeira origem da obrigação. Acima da sociedade, mesmo da religiosa, ha para o crente um poder superior: o de Deus. De Deus vem toda a obrigação, como d'Elle dimanam toda a justiça e toda a verdade. Certo é que o methodo positivista prohibe ao *sociologo* o elevar-se acima dos factos, e que Deus está muito acima dos factos observaveis. Mas ahi surge precisamente o vicio do processo. Exclue-se em primeiro logar e preconcebidamente toda a solução metaphysica: supprime-se Deus e depois procura-se a origem da religião...

E' mutilar os dados do problema e escamotear a questão... Em segundo logar, não é verdade que a obrigação seja identica á sujeição. Uma é de ordem psychologica e moral; a outra é de ordem exterior e physica. Esta impõe-se pela violencia, aquella é acceite voluntariamente e compromette a consciencia. Mas o positivista não quer estudar a obrigação senão pelo seu lado exterior, a submissão voluntaria tem alguma semelhança com a submissão forçada; confundem-n'a uma com a outra. De novo se vê o resultado d'um methodo tão incompleto.

Finalmente é inexacto affirmar que o fiel acceita a obrigação por modo cégo e passivo, como um automato. Se o fiel adhere com submissão a dogmas que elle não comprehende, não é por constrangimento nem porque o *Crédo* lhe seja imposto pelo grupo social, cujo membro é; mas porque elle tem motivos para crêr, porque a auctoridade a que obedece, é por elle julgada, sobre authenticos titulos, sobrenatural, divina e guarda infallivel da verdade revelada por Deus. Aqui ainda, o vicio do methodo desvairou o positivista. Observando o fiel sómente

pelo lado exterior, vendo-o inclinar-se, ajoelhar, bater no peito, recitar o seu *Crédo*, o positivista diz: «E' um automato.» Se o houvesse penetrado intimamente, teria constatado que ha no crente um principio de vida que não existe no automato, que quanto mais intensa é n'elle a vida religiosa, maior expontaneidade, amor, alegre anceio existe na submissão, coisas estas que procedem não do temor externo, mas do intimo d'alma. Portanto, concluámos, a obrigação de o fiel acceitar as crenças da sua Egreja não basta para demonstrar que a religião é um facto exclusivamente social.

A segunda prova que se invoca com o fim de mostrar que a sociedade é não só a fonte mas ainda o objecto do sentimento religioso, não tem maior valor. Refere-se a esta ideia de que, no individuo, tudo o que é propriamente humano, advem da sociedade. Esta ideia é culminante no systema. Seguindo-a, tenta-se estabelecer que a sociedade contribue para a formação e desenvolvimento do homem, para o progresso da sua vida physica, intellectual e moral. A sociedade cria assim o individuo humano cuja vida psychica está suspensa e dependente da vida social do grupo. O individuo existe *pela* sociedade e por isso *para* a sociedade. Vê-se a consequencia que d'aqui dimana sob o ponto de vista religioso. Não só o facto religioso é o resultado da vida social, como os outros factos humanos e psychicos: elle não póde ter e não tem outro objecto além da vida social e da sociedade. E' para a sociedade que vão os sentimentos de veneração, de amor, de reconhecimento, de temor e de adoração; são-lhe devidos como a uma divindade beneficente e omnipotente [1].

---

[1] Na sua obra recente, *Les formes elementaires de la vie religieuse, le système totémique en Australie* (p. 647, Paris, Alcan), Durkheim escreve: «A observação das formas religiosas que nos são mais familiares, fez crêr durante muito tempo que a noção de Deus era caracteristica de tudo o que é religioso. Ora, a religião que mais longe estudamos, é, em grande parte, estranha a toda a ideia de divindade; as forças a que se dirigem os ritos, são muito differentes d'aquel-

Sem querer discutir n'este logar a questão geral das relações entre o individuo e a sociedade, que este debate sugére, bastará fazer notar o seguinte: [1]

Querer explicar todo o homem pela sociedade, é propositadamente não querer reconhecer outras realidades além dos phenomenos que cahem sob a observação. Sem duvida, o desenvolvimento da vida humana é condicionado pelo meio social e pela educação; mas esquece-se que ha no homem um principio de ordem suprasensivel, uma alma espiritual e livre, sem a qual nem o progresso pela educação nem a propria educação nem a sociedade seriam possiveis. Assignar como objecto do sentimento religioso a *força mystica* do grupo social, sob o pretexto de que o homem recebe d'este ultimo tudo o que tem de bom e de humano, é sustentar *à priori* que não ha poder superior ao homem e á sociedade. E se a escola sociologica não recúa perante uma tal affirmação, é porque, sempre escrava do methodo que lhe impõe o postulado positivista, a si mesma se prohibe subir até mais alto. Se ella consentisse em fazêl-o, completando o seu methodo, concluiria que não é na sociedade mas em Deus que se encontra o objecto do sentimento religioso. Este sentimento não é o resultado d'um constrangimento exercido pela sociedade sobre o individuo. Brota espontaneamente da alma humana, á vista das coisas visiveis e sensiveis, como muito bem o mostrou contra a Escola positivo-sociologica, um

---

las que occupam o primeiro logar nas nossas religiões modernas, e ajudar-nos-hão a melhor comprehender estas ultimas». (Introd. p. 9).

Não é estabelecer uma explicação da religião em bases muito estreitas e muito frageis, dar-lhe por ponto d'apoio a constatação de alguns ritos observados nas tribus da Australia? Com que direito se suppõe que as formas religiosas observadas nas sociedades rudimentares são as formas religiosas primitivas e manifestam o que ha de essencial em toda a religião? E póde dizer-se que alguns ritos dirigidos a forças differentes d'aquellas que occupam primeiro logar nas religiões modernas são absolutamente estranhas a toda a ideia de divindade?...

[1] Cf. *Dieu et l'agnosticisme contemporain*, por G. Michelet, cap. I, Paris, Lecoffre.

dos representantes mais auctorisados d'uma outra escola nova, a Escola anthropologica, A. Lanz.

Lanz concebe e descreve assim a origem psychologica da ideia religiosa: «Desde que o homem teve a ideia da producção (*making*) das coisas, concluiu a existencia de um auctor de coisas que elle não tinha feito nem podia fazer. Considerava em seguida este auctor desconhecido como um homem sublime e acima da natureza (*a magnifed non-natural man*). Dada esta ideia de um homem sublime e acima da natureza, era licito reconhecer-se a sua auctoridade, e a imaginação podia revestir aquelle que creára coisas tão uteis, de outros attributos moraes, taes como a paternidade, a bondade e a vigilancia sobre a conducta moral dos seus filhos. Estas noções, ir-se-hiam formando naturalmente pela evolução da vida social. Em tudo isto, nada ha de *mystico*, nada que, a meu vêr, ultrapasse a intelligencia limitada de sêres que merecem o nome de homens».

Explicando em outro logar, segundo observações ethnologicas por elle notadas, como, ao lado do elemento religioso superior, ha um outro elemento, mythologico e inferior, Lanz accrescenta o seguinte: «Entre as raças mais baixas que conhecemos, encontramos ordinariamente, tal como na antiga Gregia, a fé n'um *pae* immortal, n'um *senhor*, n'um *auctor de todas as coisas*, e ao mesmo tempo esse amontoado de mythos humoristicos, obscenos, phantasticos, que formam um contraste flagrante com o caracter religioso d'esta fé. Esta é o que nós chamamos racional e até sublime; os mythos, por seu lado, são o que chamamos absurdo e aviltante».

«Por agora, accrescenta o mesmo auctor, sómente podemos dizer que a concepção religiosa resulta do humano intellecto pela via da seria meditação e da submissão, emquanto que as ideias mythologicas veem por um outro caminho, o da imaginação galhofeira e inconstante. Estes dois aspectos manifestam-se ainda no christianismo. O primeiro, a meditação seria e submissa, revela-se nas orações, nos hymnos e no *claro-escuro religioso* das nossas cathedraes. O segundo, a da imaginação louca e in-

constante, patenteia-se nas arlequinadas dos jogos de milagres, em certas lendas burlescas sobre Nosso Senhor e seus Apostolos, nas horrorosas esculpturas dos edificios sagrados. Estas duas correntes, existem simultaneamente e fazem-se concorrencia atravez de toda a historia religiosa da humanidade. Approximam-se e afastam-se uma da outra, como o amor e a concupiscencia». [1]

Estas conclusões de Lanz sobre a origem da religião contradizem a theoria da Escola positivo sociologica, e nenhum theologo catholico as contestará. A doutrina catholica affirma, contra o tradicionalismo e o agnosticismo, que a razão pode, por suas proprias forças, provar com certeza a existencia de Deus, tomando como ponto de partida a constatação das coisas visiveis, e que a fé sobrenatural suppõe o conhecimento natural de Deus.

H. A. Montagne.

Friburgo.
(Da *Revue Thomiste*).

[1] Citado por Schimidt, *l'Origine de Dieu*, p. 107, 108 e 111.

A Mulher

Da Ex.ma Snr.a D. Virginia de Castro e Almeida — Um livro infeliz.

III

O Catholicismo e a Mulher

E assim, da *fusão do christianismo com o paganismo* — fusão que se não deu, se por fusão se entende mais que adaptação externa da religião christã ao mundo pagão — *surge o catholicismo, esse monstro devorador que vae tolher durante mil annos a marcha da humanidade e obrigar os mortaes a descerem até o ultimo grau do rebaixamento moral.* [1]

Ha aqui duas questões, uma dogmatica e outra historica, que a escriptora improvisada de historiadora confunde.

Dogmaticamente, pode perguntar-se se o catholicismo é a doutrina christã integral, problema a que a snr.a D. Virginia respondeu negativamente. Eu já tive occasião de mostrar a puerilidade e contradição flagrante da sua descerebrada apparencia de prova.

Sob o ponto de vista historico em que nos collocamos, a questão é-nos indifferente. Mas observarei que o catholicismo é a mais christã de todas as religiões christãs — e nas altas espheras do pensamento contemporaneo, o problema central é o da existencia do facto historico da Revelação, porque até perante a razão uma revelação, isto é,

[1] Pag. 63.

um bloco de doutrinas outhorgadas por Deus, suppõe, a não menos que se accuse Deus da imprevidencia, um orgão authentico e infallivel que assegure a sua integridade e continuidade. Perante a philosophia, o catholicismo é o mais perfeito desenvolvimento do pensamento christão; e, se alguma religião verdadeira existe, é elle.

Historicamente, o christianismo é o catholicismo. — Se o christianismo triumphou do duello epico das perseguições e sobreviveu á catastrophe pavorosa do imperio eterno, erguendo o facho acceso da civilisação sobre o diluvio rumorejante da barbaria; se resistiu ás disputas humanas e, alma da alma da Meia Edade, foi mais que uma ideia para deleite intellectual de raros illuminados egoistas, mas um activo principio de transformação moral e social; se o christianismo é ainda, *«para os individuos como para a sociedade, a condição unica e necessaria de saude e de cura»*,[1] é porque uma instituição poderosa garantiu a sua acção e continuidade. Essa instituição é a Egreja. O historiador não descobre, entre a trama complexa dos factores de civilisação, a acção profunda do christianismo senão atravez do catholicismo.

O historiador da civilisação não tem que se preocupar com a verdade intrinseca do catholicismo: o que elle sabe é que o christianismo não é apenas uma sublime ideia philosophica, mas um principio de vida e de acção que penetrou substancialmente o mundo por meio do catholicismo. N'este ponto, concordo inteiramente com o sr. dr. Marnoco e Sousa: *«Nem se recorra á distincção entre o que é devido ao christianismo e o que é devido á Egreja, porquanto o christianismo actuou na vida social precisamente por intermedio da Egreja»*.[2]

Na historia da civilisação, christianismo e catholicismo são synonimos.

No livro da *Mulher* ha, pois, uma contradicção fundamental, lamentavel consequencia de uma incrivel myopia historica.

---

[1] Bourget, Essais de Psych. Contemp. XI.

[2] Instituições, 113.

Mas ha mais, toda a parte da *Mulher* que diz respeito á Edade Media, é um vergonhoso rosario de lendas. Verdade é que as outras partes não valem muito mais...

E' preciso prova-lo? .. Tenho vergonha de vir lembrar coisas que todos os manuaes ensinam. A auctora da *Mulher* é mulher, e o proverbio persa manda que se lhe não atire nem com flores. Mas que dôr de alma nos faz vêr que alguem, com fôros de intellectual, entre como soberana no cenaculo que devia ser dos raros que o dedo do engenho marcou, e, em frente de um paiz basbaque, reedite as gafadas *historias* do seculo XVIII!

O famoso Sganarello tambem assim fallava a um pobre diabo, com um luxo de erudição barata e um aprumo cathedratico de quem sabia que o não percebiam, mas admiravam ingenuamente:

« Os vapores ossabundos
Nequis, nequer potarinum
Quiper mitus, dos cabrinum
Cavallones aldubrandus,
Ora aqui tem claramente
Porque a menina está muda! »

A snr.ª D. Virginia de Castro e Almeida, abusada na sua boa fé, reproduziu semelhantemente, a trouxe-mouxe, certos logares communs de effeito seguro e proveniencia incerta, e desfechou na cara do publico *soi-disant* culto, triumphantemente:

« Ora aqui tem claramente
Porque a menina está muda ».

perdão, porque *o catholicismo, esse monstro devorador... vae tolher durante mil annos a marcha da humanidade e obrigar os mortaes a descerem até o ultimo grau do rebaixamento moral.*

E logo a confraria elegante dos criticos gentis, monopolisadores do genio e emprezarios das reputações, com o

sr. Julio Dantas á frente, commentaram, acenando-a gravemente com a cabeça:

> Não entendi, (mau peccado!)
> Nem nada d'aquella historia,
> Mas lá que é famoso, isso é».

Rosario de lendas tudo o que diz respeito ao catholicismo, disse eu. Na Edade Media elle foi a cupula e a base da sociedade. A Edade Media é trabalhada predominantemente por elle. — Por isso a auctora da *Mulher* os calumnia na profundidade... da sua ignorancia.

Por Deus, não me julguem cruel.

E' uma lenda, em historiographia, de ha muito julgada, que deixa mal ferido na competencia historica ou nos conhecimentos de latim quem a reedita, que *no concilio de Macon se discute se a mulher tem alma*. A snr.ª D. Virginia de Castro e Almeida ver-se-hia seriamente embaraçada se lhe eu pedisse que o provasse, pela simples razão de que tal discussão nunca se deu, nem ahi nem n'outra parte. Toda a questão se reduz ao seguinte: n'esse concilio de Macon houve um Bispo que, por pruridos de grammatico, estranhou que se applicasse a palavra *homo* a proposito da mulher. Mas o mesmo subtil purista se deu por convencido desde que lhe mostraram que *homo* é uma palavra epicena, applicando-se indifferentemente aos dois sexos, com exemplos da Escriptura. E' na mesma accepção que nós ainda hoje dizemos: o homem é um animal racional, sem querermos excluir, creio eu, as mulheres... [1]

---

[1] Cf. G. Kurth, Rev. des Qu. Hist., 1.º abril 1892; Vacandard, Etudes de Critique et d'histoire religieuse, 2.ª série, pag. 171; Hist. Francorum, VIII, cap. 20, Gregorio de Tours.

Possuimos os vinte canones do concilio. Não ha n'elles allusão ao incidente, o que levou G. Kurth a suppor que se tenha dado fóra das sessões officiaes.

Quem no-lo refere é Gregorio de Tours, loc. cit.: *Extetit enim in hoc sinodo quidam ex episcopis, qui dicebat mulierem hominem non posse vocitare (vocitari)*. Guizot (*coll. de mémoires relatifs à l'histoire de*

E' uma lenda, que hoje ninguem que preze um pouco o seu nome, seria capaz de reproduzir, «*o estigma lançado sobre o desenvolvimento intellectual* pelo Catholicismo». Lê-se e pasma-se! Occorre-me certa passagem do *Medico á força*, que vem a talho de foice:

GERONIO — *Confesso que não sabia e peço-lhe desculpa pela minha ignorancia.*

SGANARELLO — *Não ha mal, vós não sois obrigados a ser tão habil como nós.*

Será mister pedir tambem á escriptora *homem de lettras*, como já a canonisou a penna elegante mas pretenciosa de Julio Dantas, perdão pela minha ignorancia? Ninguem, decerto, é obrigado a ser tão instruido em historia como a auctora da *Mulher*, porque toda a gente é obrigada a se-lo mais que ella...

Foi ha bastantes annos que uma auctoridade insuspeita, respeitavel pelo seu extraordinario saber e probidade scientifica, Gastoh Boissier, o historiador que mais profundamente estudou a agonia lenta do imperio romano, escreveu estas nobilissimas palavras: — *Hoje, é quasi um logar commum sustentar que a Egreja destruiu a antiga litteratura, e parece não se duvidar que as trevas da Edade Media são obra sua. Não ha nada que seja menos conforme á verdade, e os que sustentam essa opinião não*

France, I, 449) traduziu assim: «*Houve n'este synodo um dos bispos que dizia que se não devia comprehender as mulheres no nome de homens.*

Gregorio de Tours continua: — *No entretanto, conservou-se tranquillo quando os Bispos lhe deram a razão, recordando o que ensina o livro do Antigo Testamento que diz que no começo, quando Deus creou o homem, creou-os macho e femea e deu-lhes o nome de Adam, isto é homem de terra, e á mulher Eea, e chamou-os homem a ambos, etc. Graças a estes testemunhos e a varias outras, a causa ficou entendida e a discussão terminou.*

Eis como se faz a historia!

Que eu saiba, em lingua portugueza reproduzem a lenda, dando-lhe foros de cidade em historia, Garcia Redondo, da Academia Brazileira, Conferencias.

parecem conhecer a historia da litteratura latina durante o imperio.[1]

Poderia perguntar á nossa escriptora quem prohibiu aos christãos o ensino das lettras antigas, e se era um pagão que tomou a defeza, contra Juliano, do direito que assistia aos christãos de ensinarem os eternos modelos da atticista cultura classica?...

O catholicismo não é responsavel pela decadencia litteraria porque ella é anterior a elle. A decadencia começou cedo. Emquanto Tacito redigia os seus condensados periodos geometricos, foi ainda uma decadencia brilhante. Mas o seculo III é um eclipse subito sem analogo na historia litteraria; só os escriptores christãos conservam acceso o cirio das bellas lettras.

Com o triumpho do Catholicismo, o firmamento litterario reaccende-se magnificamente, e uma opulenta floração litteraria se produz: poetas como Ausonio e Paulino de Nola, Prudencio e Claudiano; polygraphos como Symmaco e S. Jeronymo; oradores como Santo Ambrosio e Santo Agostinho; exegetas como Origenes; sabios como Gregorio de Nysse; cultissimos espiritos como S. Basilio e Gregorio Nazianzeno; historiadores como Eusebio de Cesarea. Niebur chamou-lhe com razão uma *renascença*.

Ingratos! Calumniaes o Catholicismo e utilisaes-vos ao mesmo tempo das joias de litteratura que elle vos conservou e ensinou a lêr. Foi para vós que os monges na Edade Media passaram pallidamente a vida, debruçados sobre velhos pergaminhos, amarellentos, a copiar pacientemente obras primas do genio classico. Era a vós, rebeldes beneficiarios de sacrificios humildes que não agradeceis, que se dirigia um pobre monge desconhecido, de fina pelle translucida, como se dentro d'ella ardesse uma luz fria:

— *Bons leitores que vos servis d'este trabalho, não esqueçaes, peço-vos, aquelle que o copiou: era um pobre monge, de nome Luiz, e, emquanto transcrevia este vo-*

[1] Pag. 64, Gaston Boissier, La fin du paganisme

lume trazido de um paiz estrangeiro, tinha frio, e terminou de noite o que não pudera transcrecer á luz do dia. Mas vós, Senhor, sereis para elle a digna recompensa dos seus trabalhos. [1]

Na Meia Edade, a Egreja foi a grande educadora do mundo: impoz aos monges a obrigação do estudo, abriu escolas por toda a parte, — nas cathedraes, nos conventos, nas parochias; fundou quasi todas as universidades da Europa.

Em Portugal era a Egreja que espalhava alguma luz nas suas escolas de Alcobaça e S. Cruz, no sec. XII. E a iniciativa da fundação do *Estudo Geral*, partiu de gente da Egreja — a iniciativa e as rendas.

E foi o Catholicismo que tratou de *tornar bem profunda* a escuridão!

Mas, para que gastar tempo e tinta?... A Snr.ª D. Virginia de Castro e Almeida pediu ao diabo a manta de tres pontas com que elle costuma encobrir a verdade: quando esconde de um lado descobre do outro...

O Catholicismo inicia o seu reinado lançando o *estigma sobre o desenvolvimento intellectual. A sciencia passou a ser heresia, crime, abominação* [2]. Vae cahir sobre o mundo uma noite de treva! Meu Deus! que será de tantos milagres do genio humano? Apagar-se-ha de vez esta luz que arde dentro do nosso cerebro? Quem salvará a intelligencia humana?

A auctora da *Mulher* responde sollicita — o Catholicismo: *E durante dois seculos os monasterios offerecem-lhes... uma educação superior á que lhes era concedida na vida profana. Aprendem as linguas classicas e algumas sciencias; e mais uma vez a mulher apenas se instrue, dá provas das suas capacidades, da sua intelligencia, do seu criterio, da sua bondade.* [3]

Encarrega-se de provar a affirmativa, o que me tira a mim o trabalho de o fazer contra ella:

---

[1] Cf. Montalembert, t. VI, pag. 214.

[2] Pag. 64.

[3] Pag. 67.

Hildegarda de Bochelkeim, abbadessa do convento de Rupprechtshausen, escreve no seculo XI historias de santos e varias obras sobre a physica e sobre a zoologia (apesar da sciencia passar a ser heresia): *Brigida da Suecia, a Vidente do Norte, distingue-se pela sua illustração assim como Hrotsuith, a poetisa latina.*

Muitas freiras se occupam na copia de livros antigos, na arte da illuminura e da miniatura; outras dedicam-se ferventemente ao ensino nas escolas femininas dependentes dos seus conventos; outras são enfermeiras intelligentes e caridosas; outras ainda bordam, tecem; todas são activas, uteis, virtuosas.

O amor do proximo é entendido por ellas como Jesus o ensinou; acodem a todas as miserias, socorrem todos os infortunios. Anima-as um desejo intenso de aperfeiçoamento, um instincto combativo contra a ignorancia, a ociosidade e o egoismo. [1]

Deveria talvez concluir. Mas quero tirar ainda uma conclusão:

— O Catholicismo é o *monstro devorador* que inicia o seu reinado pela condemnação do desenvolvimento intellectual: mas só elle dá á mulher *uma educação superior á que lhes era concedida na vida profana*, o que em portuguez quer dizer que na ignorancia geral da Edade Media, o Catholicismo é o educador mais esclarecido da intelligencia feminina.

— *Os que tinham interesse na existencia da escuridão (e eram os mais poderosos) trataram de a tornar bem profunda;* [2] e a gente da Egreja, o seu glorioso exercito feminino — as freiras *dedicam-se ferventemente ao ensino nas escolas femininas dependentes dos seus conventos, anima-as um desejo intenso de aperfeiçoamento, um instincto combativo contra a ignorancia, a ociosidade e o egoismo!*

— *A sciencia passou a ser heresia:* e uma abbadessa

---

[1] Pag. 68.
[2] Pag. 64.

escreve... carias obras sobre a physica e sobre a zoologia!

— *A sciencia revelada era a unica permittida:* [1] e as freiras escrevem sobre physica e zoologia, *occupam-se na copia de livros antigos, na arte da illuminura e da miniatura!*

Que ha a accrescentar? Ninguem decerto destruiria melhor o que paginas antes tinha escripto, do que o fez a propria auctora.

Depois disto, dizer que *as heroinas do christianismo primitivo, nascidas de uma exaltação ardente, de um espiritualismo intenso, serviam um ideal sublime condemnado de antemão pelo ambiente onde se desenvolvia,* [2] afigura-se-nos supina inhabilidade...

Observarei, porém: *primo*, que não contesto que se chame a freiras do sec. XI *heroinas do Christianismo primitivo*, se a perspicua auctora da *Mulher* me conceder que entre o Catholicismo e o Christianismo não ha distincção historica a fazer, aliaz provar-lhe-hia por uma facil operação arithmetica que o sec. XI fica distante dos tempos primitivos do Christianismo oito seculos dando ainda dois seculos á illustre escriptora para possiveis enganos; *secundo*, que eu suppunha que fôra o Catholicismo que levantara os conventos, onde a *instrucção* se salvou e *inspirara* as freiras...

Mas emfim, é possivel que nos enganemos, do que pedimos desculpa, porque já lá dizia Sganarello:

«... vós não sois obrigados a ser tão habil como nós»

E' uma lenda, sem fundamento e sem originalidade, indigna de uma refutação a serio, que o Catholicismo condemnou *as leis naturaes do amor* [3] *que o amor sexual é condemnado definitivamente*, que *a Egreja visa apenas a união das almas; mesmo no casamento, o amor*

[1] Pag. 64.
[2] Pag. 68.
[3] Pag. 64.

sexual é um peccado quando não tenha exclusivamente em vista a reproducção. [1]

— Não comprehendo muito bem como é que a Egreja realisa a *união das almas* a que unicamente visa, impondo aos casados como um dever *a reproducção*. Singular maneira de unir apenas almas, esta... E se o amor sexual deve ter, segundo a Egreja, «exclusivamente em vista a reproducção», sempre desejaria saber que outro fim, d'este exclusivo, deve elle visar, segundo a auctora da *Mulher*, para poder affirmar-se que «o amor sexual é condemnado definitivamente» pelo Catholicismo...

Mas a Snr.ª D. Virginia de Castro e Almeida sabe bem que não ha manual algum approvado pela Egreja — e se não sabe, é lamentavel que falle de assumptos que não conhece... — onde se não ensine que o fim primario do casamento, — o que os theologos chamam *finis operis* — é a propagação da especie. Como póde, pois, affirmar, sem respeito pela verdade, pelo seu nome e pelo publico, que «o amor sexual é condemnado definitivamente», que «a Egreja visa apenas a união das almas»? Desafio-a a que o prove.

O Catholicismo não veiu contrariar a natureza mas eleval-a. Não amaldiçoou o amor conjugal, fez d'elle um dever. Não descorporizou absolutamente o amor dos esposos, espiritualisando-o. — O pagão não podia sentir pela mulher o profundo amor — aquelle que adora de joelhos, feito de paixão e respeito, de prece e esperança, porque a desprezava no fundo da sua alma: a mulher era tão sómente um lindo vaso cujo perfume elle aspirava voluptuosamente, e quebrava depois, ou uma escrava sádia que era preciso fecundar no interesse da cidade. O amor profundo, o amor que é ao mesmo tempo respeito, só nasceu quando uma revolução psychologica se operou, por via da qual o homem se habituou a ver na mulher um ser espiritual e puro, egual e até superior a elle. O respeito só nasce quando ha estima, e o amor quando ha respeito.

[1] Pag. 66.

Por principio, o pagão desprezava a mulher. O Catholicismo revelou o amor porque elevou a mulher — e pô-la tão alto, ergueu-a até um tão sublime ideal de pureza que o homem ajoelhou e instituiu por ella um culto. — Foi a cavallaria. Ha uma phrase de Élias Pécaud e Carlos Baude que eu quero recordar aqui: *A mulher não sahe da Edade Media tal como tinha entrado. Ha n'ella uma profundeza de candura, de pureza, que só o Christianismo ensinou á mulher.* [1] Os artistas anonymos da Edade Media puzeram na tela, impessoalmente, o que a alma cheia de fé sentia: e o que ella sentia a respeito da sua mulher dizem-no aquelles illustres criticos de arte.

E' uma lenda, reveladora de uma má fé repugnante ou de uma ignorancia vergonhosamente crassa, encampar por *sciencia revelada*, que «a terra é uma superficie plana sobre a qual, segundo S. Agostinho, o céu se arredonda como o toldo de uma tenda». [2] — Mas se isso é sciencia revelada, a que vem a opinião de S. Agostinho? E se é opinião de S. Agostinho, como é que ella adquire foros de revelada?...

S. Agostinho errou, por certo; mas errando, não como theologo, mas como sabio do seu tempo, é elle e a Egreja responsavel porque a sciencia não estava mais desenvolvida?

E' uma lenda, se se affirma de um modo geral, que *os vicios contra a natureza florescem a coberto da castidade entre os muros dos conventos.* [3] — Onde se salvou pois a virtude? Ou já não floresce nenhures o lyrio immaculado da pureza? Mercê de Deus, a virtude ainda tem altares. Onde? Nos conventos! E' a auctora da *Mulher* quem o diz: *algumas mulheres de sentimentos mais pu-*

---

1 L'art, 146.
2 Pag. 65.
3 Pag. 67.

ros, entristecidas e amedrontadas pela immoralidade,... buscam um refugio na clausura. [1]

E' uma lenda o sombrio quadro do direito do senhor, esboçado pela livre-escriptora. — Houve decerto abusos na Edade Media e epocas de decadencia moral, mas o rebaixamento das consciencias nunca foi até ao ponto de consagrar legalmente a immolação da virtude inerme e fragil. Smedt e L. Veuillot já ha muito fizeram justiça á ignobil lenda do *direito do senhor*. A arte medieval deixou-nos em pequeninas obras primas, que ardem nos vitraes coloridos, uma imagem tão pura, tão espiritual de mulher, como nunca o mundo viu. E é da agitada epoca medieval, vibrante e pittoresca, confiante e ardente, que surgem n'uma atmosphera de oração limpida, elevando-se no ceu, como assucenas estendendo a bocca da sua corolla magnifica aos beijos doirados do sol, figuras femininas incomparaveis, heroicamente puras, immaculadamente bellas.

E' uma lenda irritantemente injusta, que *a immoralidade (fóra) cavada na Edade Media pelo Catholicismo.* [2] — E foi elle o grande poder espiritual que soergueu as almas, n'um esplendido impulso, acima das paixões grosseiras! E foi elle que construiu, longe da corrupção, n'uma mansão de repouso e paz que o incenso da oração erguia acima da terra, os refugios da virtude, que foram os *monasterios*! E foi elle que se collocou defronte dos reis poderosos, altivamente, heroicamente, guardando o thalamo das mulheres legitimas. O mundo raras vezes vira um espectaculo assim: a voz do direito, symbolisada n'um poder sem exercitos, luctar em prol da fraqueza postergada, contra os maiores poderes da terra — e vence-los. Basta recordar Nicolau I e Lothario, Innocencio III e Philippe Augusto, Clemente VII e Henrique VIII. A honra de uma mulher valia mais que um reino!

---

[1] Pag. 67.
[2] Pag. 72.

E' uma lenda, emfim que *o Catholicismo, esse monstro devorador... vae tolher durante mil annos a marcha da humanidade*. Esses mil annos de noite, chamam-se a Edade Media. — Façamos a conta. Quando começa a decadencia moral?

Segundo as contas da auctora da *Mulher*, ella é «iniciada nos seculos XI e XII». [1] Ora se é iniciada, é... porque ainda não tinha principiado. Naturalmente... E assim deve ser, visto que «os monasterios offerecem-lhes não só abrigo, alimento e protecção, mas tambem uma educação superior á que lhes era fornecida na vida profana», e a partir d'então «o aperfeiçoamento moral tão bem principiado afunda-se...» [2] Sabendo-se que «o grande movimento da Renascença, iniciado na Italia..., tem uma influencia extraordinaria e decisiva no destino da mulher», [3] e começa no seculo XV — *il cuatrocento* —, por uma simples subtracção que se aprende nas escolas, obtem-se um periodo intermedio de tres seculos para a acção do «catholicismo, esse monstro devorador». Quanto aos «mil annos» em que elle trava o desenvolvimento da humanidade, é que não ha meio, infelizmente, de os interpôr entre o seculo XII e o seculo XV. Mais:

No seculo XIII abrem-se os primeiros conventos de beguinas: «é a primeira vez que o esforço da mulher se levanta contra a omnipotencia do homem, é a primeira vez que ella procura sósinha uma solução ao problema da sua vida, é a primeira vez que a sua individualidade nos apparece liberta dos attributos seculares»: é «um movimento feminino que prova energias e perseverenças ainda mais accentuadas». [4] De modo que temos de restringir até ao seculo XIII a acção devoradora do Catholicismo que aliás é iniciada nos seculos XI e XII. E como, que eu saiba, entre o seculo XII e o seculo XIII não ha logar de in-

---

[1] Pag. 69.
[2] Pag. 69.
[3] Pag. 85.
[4] Pag. 75.

trometter os «mil annos», chega-se á conclusão curiosa que o Catholicismo «vae travar a marcha da humanidade durante mil annos»... que não existem. Feitas as contas e tiradas as provas, noves fóra... nada!

Ai! como é differente em Portugal, não só o amor, mas tambem a sciencia! Quando ninguem que tenha perfunctoriamente passeado um olhar rapido sobre um livro moderno de historia se atreve, já hoje, a desconhecer essa epoca tão grande e tão fecunda que avulta, sympathica e rumorosa, como uma flôr abotoada que só abrirá em pleno sol triumphante, das excavações mais recentes e objectivas da historia, vem uma pessoa de letras, cortejada por todos os contra-regras das reputações litterarias, açambarcadas por grosso no mercado das lettras, atirar á cara do boçal leitor portuguez com uma *historia* que já fez tempo! Não a desfaremos nós, que ninguem mata... o que já está morto.

Razão tinha Olavo Bilac para dizer que a Edade Media. — *Essa grande edade da Historia, tão mal estudada, tem sido atrozmente calumniada. Quem diz — Edade Media — quer dizer: uma syncope da civilisação, um tunel de treva entre duas passagens luminosas, uma parada de progresso humano. Foi, entretanto, essa epoca que assistiu ao desabrochar da Industria e da Caridade, — as duas fontes de que fluem o trabalho para os validos, e o amparo para os invalidos. Todo o conforto que fruimos hoje, é um resultado das invenções d'essa era tão injustamente malsinada. O papel, a bussola, o relogio, a polvora, o calçamento e a illuminação das ruas, os espelhos, as rendas, as gravuras, a imprensa, — nasceram n'esses seculos que chamamos barbaros; e foi a edade media que creou os primeiros hospitaes, e os primeiros asilos para creanças e velhos.* [1]

A Edade Media, aos olhos da moderna sciencia historica, é o periodo embryologico da civilisação moderna

[1] Conferencias Litterarias — Don Quichote, 192.

—lá nasceram todas as ideias nobres e fecundas que a caracterisam, todas as conquistas fundamentaes que a enobrecem: estabeleceu o principio novo e fecundo da separação do poder temporal e espiritual: assistiu á queda do cesarismo unitario romano e á formação das nações modernas: proclamou os direitos individuaes: inaugurou no governo, pela voz forte e altiva do «senão, não!» os governos constitucionaes: matou, transformando-a, a escravatura: luctou e amou loucamente o Christianismo que é ainda a atmosphera em que «vivemos, nos movemos e existimos»: elevou no ar, n'um poderoso esforço de espiritualisação, essas rendas de pedra que são as cathedraes.

A Snr.ª D. Virginia de Castro e Almeida resumiu em tres formulas lapidares as conclusões do seu trabalho. A 2.ª, em que se refere ao Catholicismo, é a seguinte.

2.ª — *A liberdade, a felicidade e a acção benefica da mulher, como, do povo, crescem por toda a parte e sempre na razão inversa do desenvolvimento e da supremacia do Catholicismo.* [1]

Leal e humildemente confesso que a lição dos factos, objectivamente considerados, me pareceu... exactamente contraria. E neste ponto, estou com a prestigiosa figura litteraria que é o Secretario Perpetuo da Academia Franceza, Estevão Lamy, que assim se exprime: *á medida que o Christianismo tomava uma posse mais plena da sociedade, a sociedade concedia uma situação mais elevada á mulher.* [2]

... O que vale o apparato de prova que a illustre escriptora fornece da sua asserção, deixo-o provado com uma evidencia crúa, — nem sciencia nem critica.

Uma prova ainda.

Sabeis quem foram «os homens que mais ardentemente teem tomado a defeza da mulher e teem combatido

[1] Pag. 304.
[2] La femme de demain.

pelo reconhecimento dos seus direitos?» — «São a elite dos maiores dos mais generosos espiritos que tem apparecido sobre a terra: Christo, Petrarcha, Dante, Shakespeare, Molière, Corneille, Condorcet... tantos, tantos outros!» [1]

— E todos elles são discipulos do primeiro — todos, excepto talvez um.

— E todos, todos são catholicos, menos dois!

Sabeis quem no seculo XVII «toma corajosamente posição ao seu lado (da mulher), a defende, a eleva, aponta as suas virtudes, proclama a santidade da sua missão, e impõe a necessidade de se lhe dar uma educação?» — E' *Fénelon*, [2] um fervoroso bispo catholico! E quem «ao escutar apaixonadamente o grande moralista, concebe o plano de educação feminina que é o seu maior padrão de gloria» que «ainda hoje... se encontra como base de doutrina nos estabelecimentos mais importantes de ensino da mulher?» — [3] E' «*Madame de Maintenon*, a mulher mais honesta da terra e mais bem intencionada» [4] — Uma das mais santas, apaixonadas e gloriosas catholicas da França!

— E é um Bispo e uma illustre senhora religiosa que no seculo XVII combatem em prol da mulher!

Donde a Ex.ma Snr.a D. Virginia de C. e Almeida tira uma conclusão contraria á... que toda a gente de logica tiraria.

Dir-se-ha que os paizes anglo-saxonios, slavos e escandinavos *são sem duvida os mais adeantados n'este ramo tão importante do progresso humano (do desenvolvimento* do feminismo), *e isto devido sobretudo á sua libertação do jugo catholico* [5].

— Não contesto o facto, se bem que tenha restricções a fazer ao optimismo em que a auctora da *Mulher* falla

---

[1] Pag. 155.
[2] Pag. 109.
[3] Pag. 117.
[4] Pag. 110.
[5] Pag. 204.

da mulher russa, e deva notar que ha feminismo e feminismo, como na lingua de Molière *fagot* e *fagot;* mas, dando de barato que assim seja, nego formalmente a explicação que do caso dá a Snr.ª D. Virginia de Castro e Almeida. Julgo não fazer nenhuma descoberta, mesmo aos olhos da escriptora que descobriu que o feminismo tem feito maiores progressos nos povos anglo-saxonios, dizendo que a Belgica é um paiz retintamente catholico que ainda ha pouco quiz conceder ao sexo feminino direitos politicos, contra a opposição triumphante dos socialistas e liberaes, que eu julgava bem libertos do jugo catholico...

A razão do progresso do feminismo n'aquelles paizes é preciso procura-la noutra parte, despreocupadamente, sem preconceitos, norteado apenas pelo criterio impessoal da sincera e profunda observação social, conduzida com aquella serenidade e frieza que precave os aprioristas da historia de precipites juizos.

Ora, cremos que o desenvolvimento do feminismo nos paizes escandinavos e anglo-saxonios se explica assaz pela acção conjugada d'estes dois factores: — a formação particularista e organisação economica d'aquelles povos. — Eminentemente particularistas, fiam de si proprios, e cada um de si mesmo, o melhoramento da sua situação, — o que nós-outros, povos estructuralmente communitarios, instinctiva e impenitentemente confiamos da providencial intervenção da comunidade — familia ou estado, o que quer dizer, do auxilio dos outros.

Estes povos tem um termo proprio para significar este principio: é o *help-self*. Cada um é a providencia de si mesmo: somos nós que formamos o nosso proprio futuro.

N'um povo fortemente individualista em que estes principios se enraizaram de sorte a serem mais que uma ideia, um instincto; em que constituem já o especifico patrimonio ethnico: a mulher que cresceu n'esta atmosphera e n'estes exemplos, é naturalmente inclinada a reclamar uma maior independencia e a tomar sobre si a defeza dos seus direitos.

Que falta para que esta tendencia inconsciente se constitua num partido aguerrido e numeroso?

— Que as condições do meio sejam cumplices. Foi o que produziu o industrialismo plethorico d'aquelles paizes, occupando exercitos de mulheres, cujos interesses, por isso mesmo, se reconheceu serem antagonicos dos homens. E' uma lei em sciencia social que cada classe tende a representar-se por ella mesma. Mas para isso, como condição indispensavel, era mister que a mulher conquistasse a sua liberdade.

E sub-intitulou o seu livro a Snr.ª D. Virginia de Castro e Almeida: *Historia da Mulher!* Como se chamaria a um livro que tivesse por fim fazer o romance d'ella?... [1]

Gonçalves Cerejeira.
do Instituto de Coimbra.

Acção social catholica

II

Condições geraes indispensaveis ás obras sociaes.

Necessidade do estudo. Para fundar uma obra social não basta querer, é preciso saber. Esta affirmação, atribuida ao brilhante espirito que foi o Padre Gratry, é absolutamente verdadeira. — Saber e querer — são as duas condições indispensaveis á realisação de qualquer trabalho. Ora, como não ha sciencia infusa, para saber é preciso estudar. Mas para saber, em materia de obras sociaes, não basta qualquer estudo superficial, nem basta qualquer sciencia. A sciencia tem de ser.

[1] Este trecho de critica faz parte de um livro em preparação sobre a rehabilitação da Mulher.

senão extensa e profunda em todos os ramos da sociologia e da economia social, ao menos acima do vulgar, e bastante para conhecer as condições geraes das obras mais communs e as condições especiaes das obras que se pretende levar a effeito num determinado logar.

As obras sociaes são complexas. Emprehendê-las sem as conhecer sufficientemente, equivale a expô-las ao insuccesso, a sujeitar-se a um desastre inevitavel. Como dizia na introdução a este estudo, é preferivel não fazer nada a fazer mal. Porque as obras mal feitas não produzem os resultados desejados, impedem quasi sempre que se façam outros melhores, e desacreditam os seus fundadores e directores, descredito que por vezes recai sobre as instituições catholicas que as mesmas obras se propunham auxiliar.

Sempre que uma obra social, mesmo d'aquellas que são mais simples, é feita á pressa, sem prévio estudo do meio a que se destina e sem preparação antecipada dos elementos que hão de dirigi-la, essa obra está condemnada ao insuccesso.

A experiencia está feita entre nós no insuccesso das tentativas dos ultimos vinte annos. Tivemos propagandistas enthusiastas e apaixonados das obras sociaes. De passagem recordarei aqui os nomes de Manuel Fructuoso da Fonseca, Padre Roberto Maciel, Padre Benevenuto, Padre Pinheiro Marques, Dr. Carlos Zepherino Pinto Coelho, Dr. Pinheiro Torres e Padre Manuel Fernandes Santanna. Muitos outros nomes poderia citar.

Não basta porém o zelo e o enthusiasmo dos propagandistas, quando desajudado de uma solida preparação para o apostolado social. Não basta o conhecimento theorico das obras; é necessario completar a theoria com a pratica, possuir uma formação social acommodada á natureza dos serviços que se tem a desempenhar em relação ás obras geraes ou a uma obra determinada. A primeira condição para ensinar seja o que fôr é a competencia. A competencia não se improvisa. Meia duzia de noções muito genericas, de caracter historico ou doutrinal, e alguns sentimentos generosos, não bastam positivamente. O resultado seria cahir em erros de doutrina e erros de facto, imprimindo uma orientação falsa ou inconveniente á obra assim dirigida, provocando a sua ruina econo-

mica, e porventura a propria dissolução da obra pela auctoridade civil, em razão do não cumprimento das formalidades juridicas. A fundação de obras sociaes tem relação com a Theologia, com o Direito, com a Economia, com o Commercio, com a Agricultura, com a Industria, com a Sciencia Financeira e com a Politica. E' evidente que um homem só não póde, por via de regra, adquirir todos estes conhecimentos. Mas não se pense, por isso, que as obras sociaes sejam impraticaveis por motivo da somma de conhecimentos exigidos. A obra social não póde ser o resultado de um só homem; exige sempre a cooperação d'outros. E o que a uns falta de saber em determinadas materias, póde ser suprido pelo saber dos outros. O que queremos assentar é que, para o apostolado social, é indispensavel a competencia, e que nenhuma obra deve emprehender-se sem que se tenham preparado os elementos que hão de orienta-la e dirigi-la.

A competencia suppõe o saber, e o saber adquire-se pelo estudo previo, theorico e pratico.

Objecto do estudo. Sobre que deve versar o estudo que reputamos indispensavel ás obras sociaes? O objecto d'este estudo abrange: 1.° o conhecimento das condições geraes, communs e essenciaes a todas as obras de caracter social; 2.° o conhecimento especial da obra ou grupo de obras que n'um determinado meio se pretende organisar. Dividirei, conseguintemente, a minha exposição em duas partes correspondentes a este duplo objecto.

Condições geraes. As condições geraes communs e indispensaveis ás obras sociaes formam duas classes: umas são condições *anteriores* á fundação da obra social, outras são condições *posteriores* a essa fundação. Comecemos pela primeira classe.

Antes de fundar qualquer obra, é necessario proceder ao estudo do *meio* ou da região a que ella se destina, e ao estudo da natureza e funccionamento da obra projectada. O estudo do meio mostrará se a obra é adaptavel ás condições intellectuaes, moraes e economicas do logar; se encontra elementos de vida; se é necessaria; se póde prestar serviços e utilidades. O estudo da obra habilitará os fundadores d'ella a ada-

ptá-la ás condições existentes, a dirigi-la e orientá-la, a preparar os elementos que hão de constituir os corpos gerentes, a formar e desenvolver o espirito social.

Estudo do meio. Por estudo do meio entende-se o estudo do paiz, da região ou do logar a que se destina a obra social. Comprehende-se sem esforço a necessidade d'este estudo. Nem todos os meios servem para todas as obras, assim como nem todos os terrenos servem para todas as plantações. Dentro do mesmo paiz, uma provincia differe d'outra provincia; dentro de uma provincia, um concelho differe d'outro concelho; dentro de um concelho, uma parochia differe d'outra parochia; e até por vezes dentro da parochia diferem os logares ou as povoações. Consoante os meios, são differentes os recursos, as tendencias, os habitos, as necessidades e as habilitações. São differentes o solo, a cultura, a riqueza, as profissões, os sentimentos, os interesses, as tradições, as relações da vida economica, da vida religiosa e da vida moral. Muitas d'estas differenças hão de tomar-se em linha de conta, quando se trata de fundar uma obra social. Ha-de conhecer-se o caracter da população, a sua estabilidade, as profissões dominantes, a taxa dos salarios, as condições de hygiene, de saude, d'alimentação, o grau de cultura, os habitos de prodigalidade e de economia, o estado da familia, o grau de moralidade e de religiosidade, n'uma palavra, as causas favoraveis e desfavoraveis com as quaes a futura obra se encontrará.

Este estudo deve ser feito com attenção e por quem possa já regularmente formar o criterio social. As pessoas a quem falta esse criterio, e em geral todas as pessoas que não adquiriram o espirito de observação e d'analyse, vivem annos seguidos n'uma cidade ou n'uma aldeia e não chegam a conhecêlas senão muito superficialmente. Deve proceder-se a um estudo methodico, por meio de inqueritos ou de monographias que permittem registar com a possivel exactidão o estado social. Este trabalho pode effectuar-se de muitas maneiras, parecendo-me excellente o processo directo, que consistiria em percorrer a localidade vendo, observando e ouvindo, sobre os differentes pontos do inquerito, as pessoas que melhor conhecem as circumstancias locaes.

Quaes os pontos sobre que deve versar o inquerito? Não é facil estabelecer uma regra geral. Tem que attender-se á natureza, importancia e complexidade da obra social que se pretende organisar. Podemos no emtanto empregar o seguinte methodo, proposto por A. I. Leroy [1], que me parece bastante razoavel:

O inquerito versará sobre a *habitação*, preço da renda, cubagem do ar, limpeza, hygiene, vestuario.

Sobre *alimentação*, pão, carne, legumes; se é preparada em casa ou fora d'ella.

Sobre a *saude*, doença e suas causas; numero de filhos; se muitos são mortos, e porquê.

Sobre as condições do *trabalho*, retribuição diaria, annual, industria domestica, descanço dominical.

Sobre as *receitas e despezas*, ordinarias e extraordinarias, dividas, e economia, credito.

Sobre as *recreações*, necessarias a toda a vida humana.

Sobre as *associações* familiares, profissionaes, cooperativas, mutualidades, syndicatos ou outras aggremiações existentes.

Por vezes basta, e é até preferivel que o inquerito verse sobre:

A *profissão* ou mister que occupa o maior numero de pessoas.

Sobre alguma obra já existente estudando a sua situação, estado de progresso ou decadencia e respectivas causas.

Sobre uma *greve*, causas que a determinaram e resultados que produziu.

Sobre uma *instituição*, que poderia melhorar, como uma irmandade, confraria, ordem terceira, club de recreio.

Sobre uma cathegoria especial ou classe de individuos: creanças, sua mortalidade; aprendizes, sua formação; trabalho no domicilio, condições de credito, etc.

Nos meios ruraes sobre tudo, devem estudar-se as condições da vida rural: o abandono dos campos, a emigração, as pequenas industrias; os processos de cultura.

Cumpre advertir que estas indicações são incompletas.

---

[1] H. I. Leroy, *Etudes*. Paris, janeiro de 1908.

D'algumas pode prescindir-se, mas em certos casos seria preciso accrescentar outras. A experiencia e o senso pratico de quem faz o estudo do meio suprirá a deficiencia apontada.

Concluiremos estas considerações reproduzindo as palavras do auctor já citado: «Tenha-se bem presente que a primeira condição para que uma obra social viva e progrida, é que seja fundada por uma competencia que não se adquire senão pelo estudo, o estudo do paiz e o estudo da obra».

Do estudo do paiz ou do meio social tratámos até aqui. Do estudo das obras trataremos n'outros artigos.

Chronica do movimento social

Conforme declarei no meu primeiro artigo, a segunda parte d'esta secção da *Lusitania*, será destinada a registar as manifestações mais importantes da acção social catholica que se vão produzindo nos diversos paizes, e bem assim quaesquer manifestações da mesma natureza que se produzam dentro de Portugal. D'esta forma os leitores poderão mensalmente obter uma vista de conjuncto sobre o movimento das ideias e das instituições sociaes na resumida chronica que d'umas e d'outras procurarei fazer.

França. No Conselho Superior do Trabalho discutiu-se ultimamente a questão do emprego das mulheres e das creanças nos hoteis, albergues, e casas de bebidas. Votou-se por unanimidade um projecto que fixa, aos 16 annos para os rapazes e aos 18 para as raparigas, a admissão ao serviço da clientella nas casas de bebidas, cafés, casinos, casas de jogo, salas de espectaculos, etc. Este limite é baixado aos 13 annos, quando trabalharem sob a vigilancia de seus paes, avós, e d'outros parentes ou tutores legaes.

Resolveu-se tambem que as raparigas menores não fizessem serviço nas referidas casas como empregados, desde as 9 horas da noite até ás 7 da manhã. Pediu-se ainda a redução das horas de trabalho nos sabbados, de maneira a poderem os operarios aproveitar uma parte da tarde.

•

Uma circular do governo lembra aos prefeitos que as mulheres, podem fazer parte das commissões de assistencia, podendo mesmo o Conselho Municipal eleger uma mulher para o cargo de Administrador da Repartição de Beneficencia. Parece reconhecer-se que a collaboração feminina n'estas obras dá bons resultados, sobrepondo-se até aos serviços dos homens, por um melhor conhecimento das necessidades a socorrer.

As leis de 17 de junho de 1913 e de 14 de julho do mesmo anno, estabelecendo respectivamente a assistencia ás mulheres de parto e ás familias numerosas, tornam a cooperação feminina indispensavel.

Em 12 de julho de 1909 tinha sido promulgada uma lei social estabelecendo o chamado *bem de familia*. Apesar de corresponder a uma aspiração e a uma necessidade do paiz, o certo é que poucos *bens de familia* se constituiram até hoje.

Reconhecendo-se que a causa d'este facto está nas complicadas formalidades que a lei exigia, o governo manifestou a intenção de simplifica-las.

Vê-se, que apezar da sua orientação sectaria em materia religiosa, o governo francez não póde deixar de ir melhorando a legislação social. E' que nenhum governo que desprese as obras sociaes poderá modernamente contar com a benevolencia do povo.

•

As diversas classes de funccionarios do Estado realisaram ultimamente os seus congressos. Um dos assumptos discutidos foi a grande questão da attitude dos funcionarios por occasião das eleições legislativas, relativamente ao exercicio do voto. Foi votada a sua moção declarando que os funccionarios não dependem da Administração nem dos tribunaes administrativos senão no que respeita a faltas profissionaes.

Esta é a boa doutrina. Lá como cá, quem dera que os funccionarios se resolvessem a praticá-la. Infelizmente, elles são a grande massa eleitoral dos governos.

Allemanha. Em fins de novembro e principios de dezembro effectuou-se em Berlim o III Congresso Geral dos opera-

rios e empregados christãos nacionalistas. Mais de 400 delegados representavam um milhão e meio de operarios e de empregados, que collaboram num plano commum.

Destes, um milhão eram catholicos, e os restantes pertencentes a confissões evangelicas. Os congressistas em todas as questões discutidas collocaram se no terreno da solidariedade christã, subordinando todos os interesses communs aos interesses superiores da religião e da patria. As obras sociaes catholicas na Allemanha são admiraveis de espirito pratico.

Belgica. E' este pequeno paiz, governado ha cerca de 30 annos pelo partido catholico, aquelle que formou a legislação social mais completa.

Não obstante, procura-se ainda aperfeiçoar esta legislação designadamente no que diz respeito ao trabalho das mulheres e dos menores nos estabelecimentos publicos e nas fabricas.

Acaba de ser publicada a estatistica das associações agricolas referente ao anno de 1911. Percorrendo as cifras referentes a cada especie de associações, fica-se surprehendido do seu extraordinario desenvolvimento.

A Belgica, é inconstestavelmente o paiz onde o espirito associativo das classes que se dedicam á agricultura se encontra mais adeantado.

Um dos grandesbeneme ritos da acção social n'este paiz, o P. Rutten, affirma que o successo das obras existentes se deve á preparação intellectual e social dos seus dirigentes e do povo por meio das *Semanas Sociaes*, dos *Patronatos* e dos *Circulos d'Estudo*.

Foram os syndicatos catholicos, fortemente organisados, que inutilisaram a greve geral com que liberaes e socialistas colligados pretenderam derrubar o actual governo.

A experiencia d'este povo ensina que, para fazer politica catholica, é neccessario não esquecer as obras sociaes.

Italia. O mais importante acontecimento social de todo o anno findo foi a *Semana Social de Milão*, consagrada pela *União Popular* ao estudo de graves problemas, entre elles o das revindicações que os catholicos tinham a fazer ao poder civil.

Discutiu-se a questão da independencia do Santo Padre, que não se encontra suficientemente assegurada; foi aprovada a proposta de se criar uma *associação de advogados e jurisconsultos* catholicos, que se encarreguem do estudo das questões religiosas no seu aspecto juridico, da defeza do clero e das congregações; a criação de um *secretariado popular*, destinado especialmente á propaganda no sul da Italia.

Russia. A questão do trabalho das mulheres e dos menores nas fabricas encontra tambem echo n'este paiz, bem como a regulamentação das horas de trabalho. Foi presente á Douma do Imperio um projecto de lei que beneficiará, segundo os calculos do professor Woycicki, mais de dois milhões de mulheres e crianças.

Portugal. O anno de 1913 assignalou-se no campo social apenas pelos esforços da juventude catholica.

O C. A. D. C. de Coimbra promoveu n'esta cidade um congresso das aggremiações de Juventude, no qual se tomaram resoluções importantes, e se decidiu a federação das mesmas aggremiações, elegendo-se logo a Commissão Executiva da Federação. De então para cá bastantes trabalhos se tem realisado, consistindo principalmente na fundação de novas aggremiações de Juventude. D'esses trabalhos daremos noticia nos numeros seguintes.

Fóra dos arraiaes da mocidade catholica, temos de confessar com tristeza que não ha manifestações algumas de movimento social.

J. d'Almeida Correia.

CHRONICA DO MEZ

Aquella crise ministerial que se vinha arrastando interminavel e enigmatica, espreguiçando-se pelas alcatifas dos gabinetes e nas columnas dos jornaes, teve afim, a solução peor que podia ter... Desastrada sahida, na verdade.

Aquillo é um agregado fortuito de elementos dispersos, falho de consistencia e de homogeneidade, que o capricho dos homens juntou n'um trabalho calculado, paciente, cheio de surpresas e eriçado de resvaladoiros e que amanhã a vaidade dos mesmos homens inutilisará num gesto de enfado e quiçá de repugnancia... Não bastava a um regimen novo o espectaculo de desesseis dias sem governo, gastos em cordealidades inuteis e esterois protestos de reconciliação amoravel. Foi preciso que dos conciliabulos com as altas figuras dos partidos sahisse a forceps um ministerio anemico, desnorteado, sem a vitalidade fecunda, a coheção e a disciplina dos organismos fortes.

Resolveu-se a crise? Não.

No emaranhado labirinto da politica nacional, a crise continua mais grave porque se acoberta sob a aparencia de uma calma que não existe, de efeitos mais perniciosos, porque se mascara com uma pacificação que mal occulta as desabridas coleras e o odio torvo que os divide.

A crise continua corroendo o organismo carcomido da Republica que podia viver se fosse tolerante e pacifica e se deixasse penetrar do espirito que anima as democracias modernas, se os seus loucos doutrinarios a não tornassem desvairada, turbulenta e sectaria. Sectaria e opressôra, como o demonstrou no dia 8, prohibindo o nosso Patriarcha de fazer a sua entrada solemne na Sé de Lisboa e de intervir nas cerimonias do culto em qualquer Templo que se diga do Estado !! Tal é a liberdade n'esta democracia *sui generis* que na pertinacia dos seus desvairos começa a exalar os tabidos sucores das grandes agonias.

Mas a manifestação áquella nobre figura do Episcopado Portuguez, foi bella e surprehendente como afirmação de principios e calorosa demonstração de que nem tudo se perdeu, n'esta hora anuviada de incertezas e riscada de lividos pavores.

Aquelle altivo perseguido, ao voltar do desterro a que o condemnou um regimen intolerante, viu encher-se de milhares de crentes o Campo dos Martyres da Patria, como que para lhe dizer que alli estavam, capazes de sagrar pelo martyrio aquelle local, dando-lhe assim a razão justificativa do seu nome.

E' que a fé, como o pensamento, não se tyrannisa nem se aferrolha nos carceres: respeita-se.

De pouco valeu a jurisprudencia vesga e recendada do Administrador do 1.º Bairro de Lisboa.

A commovida manifestação ao senhor D. Antonio foi-se com redobrado enthusiasmo, e os legisladores da Separação, se vissem claro e entendessem o significado eloquente d'aquella jornada triumphal, recuariam nas perseguições insolitas, abrandando a marcha do Odio que os tem levado por tortuosas veredas, em galopadas doidas, turbilhonantes, á beira dos principios fataes.

E então, vendo á sua volta o vacuo, a inanidade da sua obra destructiva e ouvindo o coro lugubre, rouco e tragico dos prisioneiros politicos, vozes feitas de lagrimas, gritando uma odisseia de golpeadas torturas, vão dar a amnistia, mas uma amnistia mãos de fome, uma amnistia cheia de alçapões.

Amnistia sim, mas uma amnistia sem embustes. De outro modo, não será uma amnistia, mas uma caricatura.

Quando este n.º da Lusitania sahir, muitas lares, muitas casas de operarios mergulhadas em sombras, fechadas e mudas um sepulchro, se hão-de abrir como um templo, para receber o chefe de familia, chupado, pallido, um espectro do que fôra. Bemvindos!

E já que fallei em operarios...

Ha duas semanas que o Parlamento approvou um projecto de lei creando em Lisboa uma Bolsa de Trabalho, como as suas congeneres de França e de outros paizes, destinadas a regular as condições do trabalho, salarios e horarios, facilitando tambem a collocação dos operarios — sem trabalho.

Isto não foi, comtudo uma inocação da joven democracia. N'uma lei de 1893 ficou expressamente consignada essa concessão.

Mas as Bolsas de Trabalho serão quasi sempre de inutilidade, se nos centros de reduzida intensificação industrial. O Estado não intervier para estimular as fontes de riqueza e equilibrar a procura e a oferta.

... Chove lá fóra, ha ventanias bravas.

Chega-me da rua o echo rouco de uma aria velha, filtrando aromas de sargeta, aria incaracteristica, mole, que quer ter graça e lembra um enterro.

E' o carnaval que passa, embolidrado de lama, apatico, taciturno, encarvoado, no seu riso de caveira...

João de Castro.
Advogado.

Palhetas d'Ouro

TRADUCÇÃO PORTUGUEZA

As **Palhetas d'Ouro** são umas pequenas folhas que parecem destinadas por Deus para levar ao coração alguma paz e alegria, aquella consolação que sublima as almas.

As **Palhetas d'Ouro** são pequenos conselhos para a santificação e felicidade da vida. Ensinam o amor de Deus, a dedicação ao proximo, o contentamento com a sorte que nos é dada, a obediencia ao dever. São torrentes de flôres que deslumbram, são ondas de boa doutrina que santificam a vida.

As **Palhetas d'Ouro** é uma publicação honrada com muitos breves de Sua Santidade.

As **Palhetas d'Ouro** apparecem todos os quatro mezes em 10 fasciculos de 16 paginas. Estes fasciculos são destinados a ser separados e distribuidos no principio de cada mez.

As **Palhetas d'Ouro** estão no 46.° anno da sua publicidade. É a folha catholica mais espalhada em todo o mundo, estando traduzida nas principaes linguas.

Derramae as **Palhetas d'Ouro** pelo povo, pelos bairros operarios e pelas officinas.

As **Palhetas d'Ouro** custam, por assignatura annual, 400 reis. São distribuidas de quatro em quatro mezes.

É unica agente das **Palhetas d'Ouro** em Portugal, ilhas adjacentes e parte ultramarina a

COMPANHIA PORTUGUEZA EDITORA

Sociedade Anonyma de Responsabilidade Limitada

Livrarias Lopes & C.ª, Suc., Magalhães & Moniz, Empreza Litteraria, A. Figueirinhas e Louzada, reunidas

SECÇÃO RELIGIOSA

10, Rua de Santa Thereza, 12 — PORTO

ACABA DE APPARECER

UMA EPOCA—XI — *JOAQUIM LEITÃO*

As Allianças das Casas de Bragança e Hohenzollern

O CASAMENTO DE EL-REI D. MANOEL II

O volume **As Allianças das Casas de Bragança e Hohenzollern** occupa-se dos casamentos do Senhor D. Pedro V, da Senhora Infanta D. Antonia e de S. M. El-Rei D. Manoel II, na nobilissima casa de Hohenzollern-Sigmaringen. A figura da Senhora Infanta D. Antonia, ultima filha de D. Maria II, que no fim do ultimo dezembro falleceu em Sigmaring-n, é n'este volume amplamente descripta. Contendo a compilação de muito facto e documento historico que andava disperso, referente aos dois primeiros casamentos, accrescentada por diversas notas ineditas, **As Allianças das Casas de Bragança e Hohenzollern** descreve-se minuciosamente o casamento do Senhor D. Manoel II, publicando notas que nenhum jornal ou revista deu, e podendo considerar-se a mais completa descripção que ha desde o ajuste de casamento á apresentação da Augusta Noiva em Richmond e á celebração da cerimonia em Sigmaringen.

O volume contém 270 paginas, brochado em papel *couché*, sendo a capa a azul illustrada com o retrato official (impresso a sépia) de S. M. a Rainha Augusta Victoria, assignado pelo seu punho.

É além d'isso amplamente illustrado com setenta gravuras, reproduzindo uma collecção de retratos de solteira de S. M. a Rainha Augusta Victoria, diversos grupos dos Regios Noivos, tirados depois do ajuste de casamento e nas vesperas do casamento, todos os aspectos da cerimonia, photographias dos convidados reaes, o cortejo nupcial, Sigmaringen antigo e actual, interiores do Castello, sala dos retratos, capella particular, photographias de todos os presentes recebidos em Sigmaringen, entre elles da famosa caravella, do riquissimo diadema offerecido pelo Senhor D. Manoel II á sua Augusta Noiva, e do presente dos Emigrados da Galliza, retratos do Principe Guilherme de Hohenzollern e de sua Augusta Esposa a Princeza Maria Thereza de Hohenzollern, retrato do Principe Leopoldo, um lindo retrato da Senhora Infanta D. Antonia de Bragança, fazendo *crochet*, um retrato inedito da Rainha Estephania, os *croquis* das mesas reaes no almoço e jantar do casamento do Senhor D. Manoel, no castello de Sigmaringen, o *croquis* da Igreja Parochial de Sigmaring-n, em que se vêem marcados os logares da brilhante assistencia, etc., etc.

O VOLUME CUSTA . . . . . 800 REIS
Pelo correio (sob registo) . . . . 880 „

A' venda na Companhia Portugueza Editora, 11, Largo dos Loyos, 14 e Rua do Almada, 123 — PORTO.